

PROJETO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL

1 IDENTIFICAÇÃO

Programa: PAC – Programa de Aceleração do Crescimento	Contrato CAIXA nº:
Ação/Modalidade: Pró-Moradia – Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários	
Empreendimento: Aglomerado Santa Lúcia	
Localização/Município: Regional Centro-Sul/Belo Horizonte	UF: Minas Gerais
Fonte de recursos: Governo Federal Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	Regime de execução do PTTS: Empreitada
Proponente/Agente Promotor: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte SMOBI – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura	
Executor da intervenção: URBEL – Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte	
Tel.: (31) 3277-6421	e-mail: assessoriaurbel@pbh.gov.br
Responsável Técnico Social: Flávia Lúcia Coelho Mota Pinheiro	Formação: Assistente Social
Tel.: (31) 3277-6421	e-mail: assessoriaurbel@pbh.gov.br
Coordenação Social: Flavia Mota Te.: (31) 3277- 6421	Formação: assistente social e-mail: assessoriaurbel@pbh.gov.br
Nº de Famílias: 4382 ¹	Nº de pessoas: 15.672 ²
Nº de famílias em situação de risco: 120	Nº de mulheres Chefe de Família: 2.210 ³
Nº de idosos: 1.065 (6,8% da população) ⁴	Nº de idosos chefes de família: 830
Nº de pessoas portadoras de necessidades especiais: 156	Nº de pessoas portadoras de necessidades especiais chefes de famílias: 56
Nº de famílias a serem removidas/reassentadas: 740 famílias ⁵	
Renda média familiar: 2,9 salário mínimo	

2 DIAGNÓSTICO

2.1 Metodologia

A Instrução Normativa n. 08/2009 do Ministério das Cidades, que orienta a execução do Trabalho Social em intervenções de urbanização de assentamentos precários, apresenta diretrizes específicas para as ações que envolvem remanejamento ou reassentamento de famílias. Tal normativo considera como indispensável a participação das famílias beneficiadas pelas intervenções durante todo o processo de elaboração e aprovação da proposta, e ressalta que as regras para o remanejamento/reassentamento devem ser pactuadas com todos os agentes envolvidos.

A elaboração deste PTTS foi precedida de encontros com presença de moradores do Aglomerado Santa Lúcia e de outros atores envolvidos neste projeto, incluindo Audiências Públicas com o Ministério Público Federal em Minas Gerais, onde foram realizadas importantes discussões sobre a execução das intervenções físicas propostas e quanto ao trabalho social a ser desenvolvido, como se vê na Tabela 01.

¹ Conforme IBGE - Censo 2010.

² Idem 1

³ Idem 1

⁴ Idem 1

⁵ Conforme URBEL 2012.

Tabela 01 – Atividades desenvolvidas para discussão das ações referentes à intervenção no Aglomerado Santa Lúcia

Data	Local	Público participante	Objetivo
27/10/2010	CRAS/BH Cidadania — Vila Santa Rita de Cássia	Comunidade do Aglomerado Santa Lúcia, lideranças locais, representantes da SANEHATEM e URBEL	Iniciar os trabalhos de elaboração dos projetos executivos do programa Vila Viva no Aglomerado
25/11/2010	CRAS/BH Cidadania — Vila Santa Rita de Cássia	Representantes da Associação dos Moradores do Aglomerado Santa Lúcia e URBEL	Apresentação das diretrizes do Programa Vila Viva e esclarecimentos de dúvidas da população quanto o programa
27/11/2010	Regional Centro Sul	Equipe do Orçamento Participativo e delegados eleitos nas Rodadas do OP	Discussões sobre Prioridades do OP e a implantação do Programa Vila Viva no Aglomerado
06/12/2010	Teatro Casa do Beco – Aglomerado Santa Lucia	Lideranças da Comunidade, Deputado, representantes da Defensoria Pública e URBEL	Discussão sobre as intervenções do Programa Vila Viva no Aglomerado.
02/02/2011	Escola Evangélica de Educação Infantil da Vila Estrela	Moradores da Vila Estrela e URBEL	Apresentação da proposta do Programa Vila Viva
09/02/2011	Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira - Barragem Santa Lucia	Moradores do Barragem Santa Lucia e URBEL	Apresentação da proposta do Programa Vila Viva
10/02/2011	CRAS/BH Cidadania — Vila Santa Rita de Cássia	Moradores da Vila Santa Rita de Cássia (Papagaio) e URBEL	Apresentação da proposta do Programa Vila Viva
17/02/2011	Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira	Moradores da Barragem Santa Lucia e URBEL	Apresentação da proposta do Programa Vila Viva
22/02/2011	Aglomerado Santa Lúcia	GR – Grupo de Referência do PGE e URBEL	Discussão do PGE
23/02/2011	Comunidade São Bento	Moradores da Vila São Bento e URBEL	Apresentação da proposta do Programa Vila Viva
24/03/2011	Auditório da URBEL	Grupos de Referência Aglomerado Santa Lúcia e URBEL	Discussão sobre as ações de intervenção do Vila Viva Santa Lúcia
12/04/2011	Câmara de Vereadores de Belo Horizonte	Regional Centro-Sul, Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, Secretaria Municipal Adjunta de Habitação, Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio	Audiência Pública para discussão das questões relacionadas às intervenções do Programa Vila Viva no Aglomerado

		Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo, Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, URBEL, Polos de Cidadania, Promotora de Justiça Metropolitana de Habitação e Urbanismo, Lideranças Comunitárias, IAB/MG, SLU, Paróquia Nossa Senhora do Morro e outros.	Santa Lúcia
27/04/2011	Batalhão da PMMG	Moradores das Vilas Esperança e Santa Lúcia e URBEL	Visita ao PMI do Aglomerado da Serra
29/04/2011	Procuradoria Geral da República de Minas Gerais	Ministério Público Federal – Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, Empresa SANEHATEM, CEMIG, e URBEL	Instrução ao inquérito civil público instaurado com objetivo de avaliar os impactos sociais decorrentes da implantação do Programa Vila Viva no Aglomerado Santa Lúcia
26/05/2011	Escola estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira – Santa Lúcia	Ministério Público Federal – Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, Moradores do Aglomerado Santa Lúcia, Polos de Cidadania, PUC Minas, Empresa SANEHATEM, Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e URBEL	Debate sobre o projeto de implantação do Programa Vila Viva no Aglomerado
08/02/2012	Auditório da URBEL	Lideranças do Aglomerado Santa Lúcia e URBEL	Discussão sobre as ações de intervenção do Vila Viva Santa Lúcia
11/04/2012	Aglomerado Santa Lúcia	Moradores do Aglomerado, Defensoria Pública, Ministério Público Federal, PUC Minas, Polos de Cidadania - UFMG, CONFORÇA, CONSEP, URBEL	Implantação do Projeto Vila Viva no Aglomerado Santa Lúcia
14/04/2012	Capela – Vila Esperança	URBEL, Moradores da Vila Esperança e PUC Minas	Apresentação da Proposta de intervenção do Vila Viva no Aglomerado Santa Lúcia
16/04/2012	Procuradoria da República em Minas Gerais	URBEL, Regional Centro-Sul, Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, Defensoria Pública do Estado de M Gerais, Polos de Cidadania, Lideranças Comunitárias, CAIXA, PUC Minas e outros.	Avanço nas discussões sobre a intervenção urbanística e social no Aglomerado Sta. Lúcia
20/05/2012	Capela São Bento	Comunidade Vila São Bento e	Informações sobre

		URBEL	o início da selagem dos domicílios
22/05/2012	CRAS/BH Cidadania — Vila Santa Rita de Cássia	Grupo de Referência Vila Viva Aglomerado Santa Lúcia e URBEL	Discussão sobre as intervenções proposta para o Aglomerado
31/05/2012	Vilas Estrela e Santa Rita	URBEL e lideranças comunitárias	Mobilização para selagem dos domicílios das Vilas Estrela e Santa Rita
05/06/2012	CRAS/BH Cidadania — Vila Santa Rita de Cássia	Atores envolvidos: Moradores da Vila Barragem Santa Lúcia, Polos de Cidadania e URBEL	Solicitação de reunião na comunidade São Bento para início da selagem.
20/06/2012	Capela São Bento	Comunidade da Vila São Bento, Instituto Polos /UFMG e lideranças do Aglomerado Santa Lúcia.	Discussão sobre o início da selagem.
26/06/2012	CRAS/BH Cidadania — Vila Santa Rita de Cássia	Comunidade da Vila Santa Rita de Cássia, Grupo de Referência Vila Viva Aglomerado Santa Lúcia URBEL, Instituto Polos /UFMG e lideranças do Aglomerado Santa Lúcia.	Apresentação do Processo de Remoção e Reassentamento.
28/06/2012	CRAS/BH Cidadania — Vila Santa Rita de Cássia	Comunidades das Vilas Estrela e Santa Rita de Cássia, URBEL, Instituto Polos /UFMG e lideranças do Aglomerado Santa Lúcia.	Discussão sobre o processo de remoção e reassentamento

Fonte: URBEL, 2012.

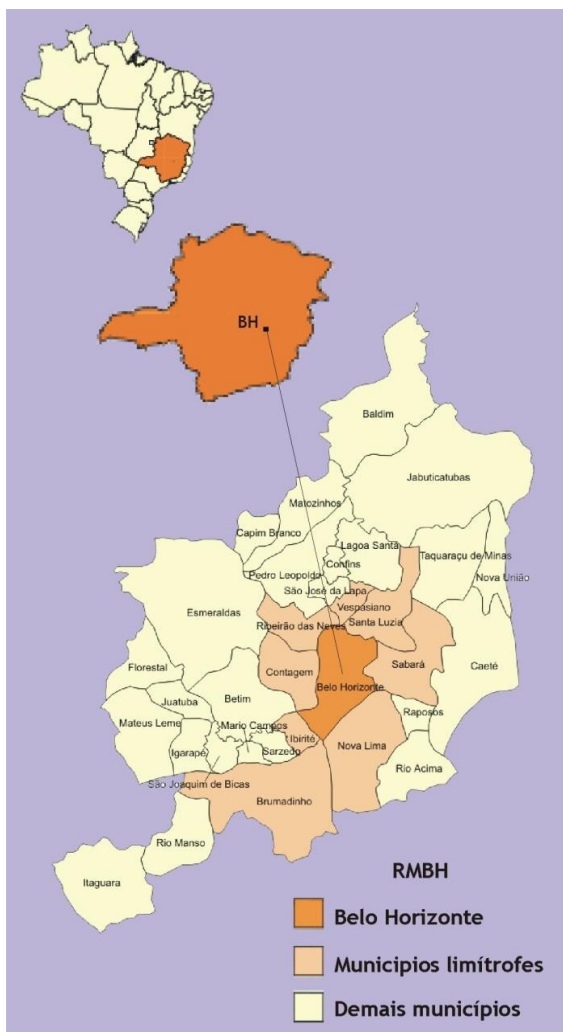
Alem das atividades coletivas citadas acima, desde o início das discussões para a implementação do Programa Vila Viva no Aglomerado Santa Lúcia, a URBEL realizou dezenas de atendimentos individuais ou com pequenos grupos de moradores com o objetivo de ouvi-los e responder suas principais dúvidas quanto as intervenções a serem executadas nas vilas do aglomerado.

2.2 Características da área de intervenção e do entorno (as informações devem considerar às áreas de intervenção e destino, quando se tratar de reassentamento)

2.2.1 Identificação da área, coordenadas geográficas, os aspectos ambientais, dominiais e urbanísticos, forma e tempo de ocupação e densidade populacional, características das habitações.

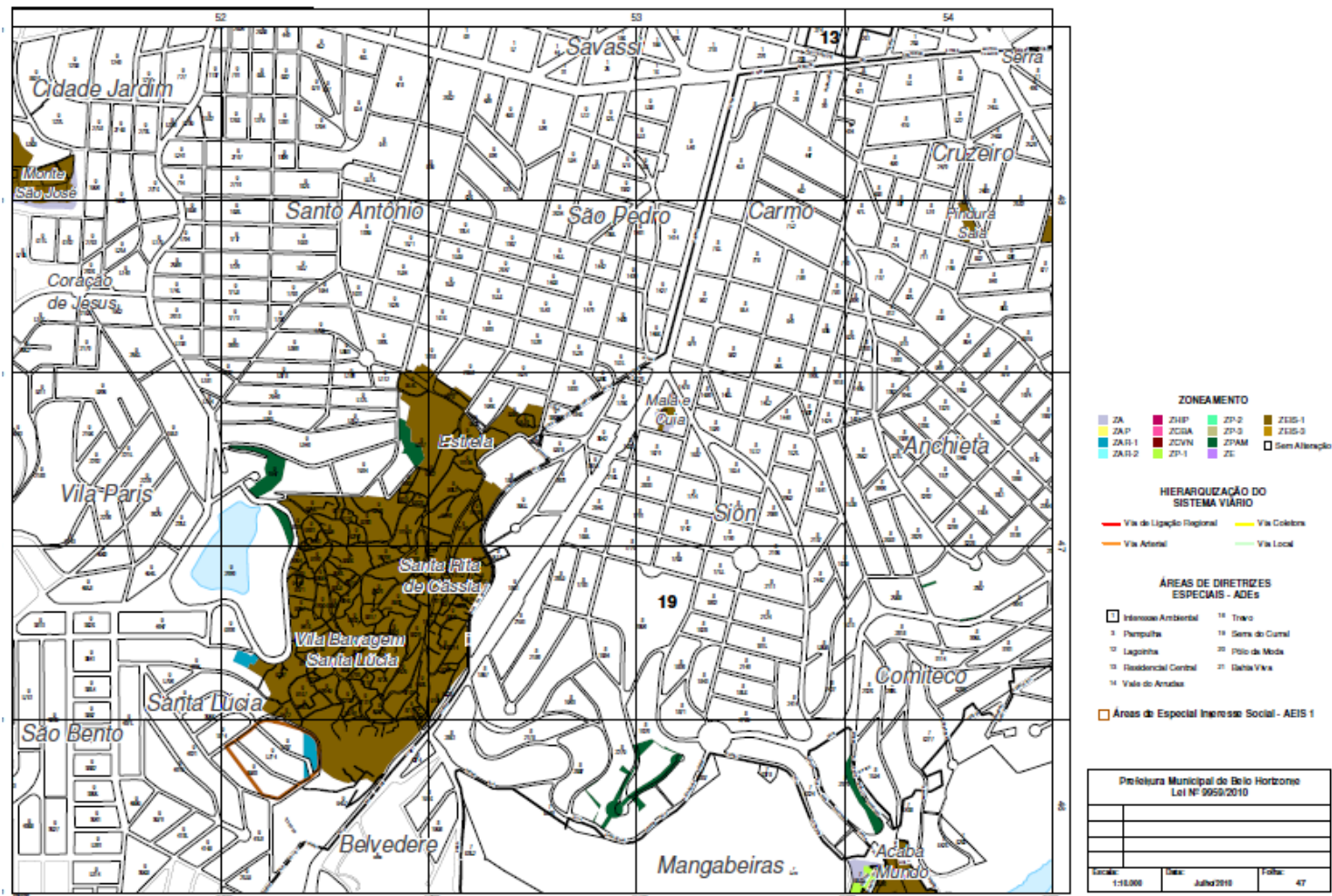
O Aglomerado Santa Lúcia está localizado na Região Centro-Sul de Belo Horizonte, (Latitude 19°57'1317"S e Longitude 43°56'29.17"O), e agrupa as Vilas Estrela, Santa Rita de Cássia,

Barragem Santa Lúcia, São Bento e Esperança. Situa-se em Área de ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) da capital mineira.



MAPA 02 – LOCALIZAÇÃO DO AGLOMERADO SANTA LÚCIA NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE-MG
 FONTE: URBEL, 2012.

MAPA 01 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE EM MINAS GERAIS E NO BRASIL
 FONTE: URBEL, 2012.



MAPA 03 – AGLOMERADO SANTA LÚCIA – VILAS ESTRELA, SANTA RITA DE CÁSSIA E BARRAGEM SANTA LÚCIA!
 !INCLUINDO AS VILAS SÃO BENTO E ESPERANÇA

FONTE: URBEL, 2012.

No entorno do Aglomerado estão situados os bairros Santo Antônio, São Pedro, Sion, São Bento e Belvedere, caracterizados pela presença de população de elevado poder aquisitivo e residências de alto padrão construtivo (Mapa 03). As principais vias de acesso são as avenidas Prudente de Moraes e Nossa Senhora do Carmo.

O início da ocupação da área do Aglomerado Santa Lúcia, historicamente pertencente à Colônia Afonso Pena, ocorreu por volta da segunda década do século XX a partir da Vila Santa Rita de Cássia, também denominada “Morro do Papagaio”, e Vila Estrela, destinos de populações oriundas de outros bairros da Capital e do interior do estado de Minas Gerais.

Inicialmente a proporção territorial do Aglomerado era maior que a atual. Em 1957 a área da antiga colônia foi dividida, sendo uma parte destinada à construção da Barragem, estrutura hidráulica que tinha como objetivo represar as águas do Córrego do Leitão que inundavam toda a região próxima à Cidade Jardim na época das chuvas. Essa redução foi resultado ainda do processo de urbanização e expansão da cidade formal que apropriou de parte da área, região conhecida como “ninho de rato” ou “caminho de rato”, para a construção do Bairro São Bento. Há falas registradas de moradores do Aglomerado afirmando que devido ao parcelamento, as famílias residentes no “ninho do rato” foram retiradas da área sem qualquer tipo de indenização e passaram a residir em outra área do Aglomerado⁶.

A parte baixa do Aglomerado, a atual região da Vila Santa Lúcia (Barragem) foi escolhida por famílias para assentamento a partir da década de 1960. A área de ocupação mais recente é a parte do Aglomerado conhecida como Vila São Bento, Morro do Carrapato ou Bicão. Moradores calculam que esta parcela do Aglomerado tenha sido ocupada a aproximadamente vinte e cinco anos atrás.

O processo de urbanização da Vila Santa Lúcia teve início por volta de 1974 com a pavimentação da Rua Principal, implantação de energia elétrica em alguns becos e a distribuição de água em alguns pontos para facilitar o acesso da população a esse serviço.

Na mesma década, foram construídos chafarizes, permitindo que a comunidade buscasse água em local mais próximo da moradia. Mas foi através do PRODECOM - Programa de Desenvolvimento de Comunidades, que foram implementados os benefícios mais significativos para a área. A partir do final dos anos setenta, este programa contribuiu para a instalação de redes de infra-estrutura e saneamento básico, além da implantação de equipamentos sociais diversos no Aglomerado. A partir da década de 1990, a comunidade passou a ser atendida com intervenções conquistadas através dos Orçamentos Participativos, com obras pontuais de urbanização, tais como abertura, alargamento e pavimentação de becos diversos.

Os dados apresentados na tabela 02, extraídos do Censo 2010, mostram os números de população e domicílio por vila do Aglomerado.

TABELA 02 – Número de domicílios e população do Aglomerado Santa Lúcia

Vila	Domicílios	População
Estrela	427	1.591
Santa Rita de Cássia	1.741	6.082
Vila Barragem Santa Lúcia (Inclui as Vilas São Bento e Esperança)	2.214	7.999
Aglomerado Santa Lúcia - Total	4.382	15.672

FONTE: IBGE, Censo 2010.

A densidade populacional bruta do Aglomerado chega a 30.058,8 habitantes/km². Quanto às características dos domicílios, de acordo o Plano Global Específico - PGE⁷, predominam na área

⁶ Falas citadas no PGE

⁷ Idem 1

domicílios com padrão construtivo variável de regular (57%) a bom (32,9%). Já as edificações consideradas como precárias, o percentual é de 10%.⁸ Quanto ao número de pavimentos dos domicílios, prevalecem as edificações térreas (64,1%). No entanto, cerca de 31,4% das moradias são de dois andares e 4,5 % de três ou mais andares. As habitações no Aglomerado têm tamanho médio de 48,69 m². As maiores encontram-se na Vila Estrela, onde cada residência possui em média 58,65 m². Já na Vila Santa Rita de Cássia, as construções têm tamanho médio de 45,48 m². As moradias menores estão localizadas na Vila Barragem Santa Lúcia, com padrão variando em torno de 41,94 m².

As construções de melhor padrão situam-se, em geral, nas quadras voltadas para as vias de maior circulação e importância dentro do Aglomerado, como, por exemplo, a Rua Principal, na Vila Santa Lúcia, a Rua São Tomás de Aquino, na Santa Rita, e as Ruas Santo Antônio do Monte e São João Evangelista, na Vila Estrela. Já a área com maior concentração de edificações com padrão construtivo precário é a conhecida como Bicão/Vila São Bento.

Quanto aos aspectos urbanísticos e ambientais, no PGE do Santa Lúcia foi identificado que a densidade habitacional existente nas Vilas gera diversas consequências para as condições habitacionais dos moradores do Aglomerado como um todo. Segundo esse estudo, o processo de ocupação no início se deu nas áreas mais propícias à habitação, com declividades menos elevadas e geralmente localizadas em áreas próximas a divisores de água. À medida que a ocupação aumentou, áreas menos propícias à moradia foram sendo ocupadas. Tais áreas que deveriam ser preservadas, uma vez que se tratam dos fundos de vale e possuem declividades elevadas. Devido a ocupação de caráter espontâneo, desprovido de quaisquer planejamento e cuidados quanto à distribuição daquela área, a qualidade habitacional das edificações erguidas no Aglomerado ficou comprometida. Alguns ocupantes possuíam alguma possibilidade de construir edificações em condições nem sempre tão precárias, já outros não apresentaram as mesmas condições de poder aquisitivo, o que gerou a ocupação sujeita a diferentes situações de riscos. Além do padrão construtivo precário, o fato de ocuparem áreas de fundo de vale, comprometia o curso natural das águas, principalmente pluviais, ocasionando situações cada vez mais graves de inundações, deslizamentos e outros. O risco geológico existente em algumas áreas do Aglomerado assume proporções graves, comprometendo não somente a população, mas também todo o ambiente, pois acentua processos erosivos em função da diminuição de vegetação e movimentos de terra sem nenhum cuidado ou critério técnico. Há moradias construídas em áreas com declividades superiores a 47%.

O PGE também apontou que a proximidade de calhas naturais, caracterizadas pela elevada umidade, intensas nos períodos chuvosos, aliada à qualidade precária das habitações, proporciona um alto grau de insalubridade habitacional, afetando diretamente a saúde da população.

A ocupação desordenada, com seus movimentos de terra, somados ao desmatamento e impermeabilização do solo ocupado, alterou ainda mais o equilíbrio original, modificando o regime de escoamento das águas pluviais e afetando os processos de drenagem da área em questão e de áreas ao entorno. Obras executadas para melhoria da drenagem local ficam constantemente comprometidas pela dinâmica da expansão que, seja através de obstrução com entulho ou lixo, seja pela construção de edificações sobre essas redes, trazem ainda mais danos ao local.

Quanto a acessibilidade interna, poucas são as vias que permitem a articulação viária do Aglomerado e deste com o entorno, não atendendo às necessidades da comunidade como

⁸ De acordo com os parâmetros da URBEL, edificação regular seria aquela com paredes de alvenaria parcialmente e/ou não revestidas e cobertura de zinco e/ou amianto. (URBEL, 2003).

o trânsito de serviços tais como bombeiros, polícia, coleta de lixo, transporte coletivo, entre outros. A ligação da malha viária interna com a malha viária externa ao Aglomerado também é precária.

Há no Aglomerado pocilgas, o que compromete as condições de salubridade de algumas moradias, além de ocupações sem condições alguma de habitabilidade, principalmente na região conhecida como “Bicão”.

O Aglomerado Santa Lúcia encontra-se em terreno primordialmente público; mais exatamente: 78,5% da proporção territorial é área pública e 21,5% corresponde a área privada. As ocupações localizadas à margem da Avenida Nossa Senhora do Carmo são consideradas indevidas, mediante a caracterização da área como faixa de domínio público de rodovia (DNIT), uma vez que a BR 356 inicia-se nesta avenida a partir do cruzamento com a Avenida do Contorno. Além disso, o Aglomerado é cortado longitudinalmente pela faixa de domínio/ servidão administrativa CEMIG, onde estão localizadas as Linhas de transmissão (LT) 1 e 2 BH/Bonsucesso-BH/Sion, 138 mil Volts, nos vãos entre as estruturas 16 a 21, cuja largura da faixa de segurança é de 28,00 metros (sendo 14,00 metros para cada lado a partir do eixo central). Registra-se ainda a existência de ocupações em nesta faixa contínua de servidão.

2.2.2 Identificação do atendimento de serviços de água, iluminação pública, pavimentação, esgotamento sanitário, coleta de lixo, transporte.

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais, COPASA MG, é a responsável pelos serviços de abastecimento de água no Aglomerado Santa Lúcia. O Censo 2010 apontou um índice de abastecimento domiciliar elevado (99,8%).

Tabela 04 - Domicílios particulares permanentes atendidos por abastecimento de água

Local	Abastecimento de água pela rede geral	Total absoluto de domicílios existentes
Vila Estrela	99,5	427
Vila Santa Rita de Cássia	99,9	1.741
Vila Barragem Santa Lúcia	99,9	2.214
Aglomerado Santa Lúcia	99,8	4.382

FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A próxima tabela exibe a porcentagem de domicílios atendidos por outros serviços. São poucos os domicílios (0,04) que em 2010 não possuía energia elétrica fornecida pela companhia distribuidora, a CEMIG. Em aproximadamente 0,6% das moradias não havia banheiros/sanitários e esgotamento sanitário. Dos serviços básicos, o que apresentou mais deficiência de atendimento às famílias do Aglomerado Santa Lúcia foi a coleta de lixo. O último Censo registrou que o lixo coletado pelo serviço de público de limpeza nas vilas não chega a 50% de todo resíduo produzido pelas famílias. Um número muito abaixo da média de atendimento do mesmo serviço no município de Belo Horizonte que chega a 98%.

Tabela 05- Domicílios particulares permanentes atendidos por serviços básicos

Local	Tinham energia elétrica de companhia distribuidora	Existência de banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário	Lixo coletado por serviço de limpeza	Total absoluto de domicílios existentes
Vila Estrela	100	94,4	39,6	427

Vila Santa Rita de Cássia	99	99,3	52,6	1.741
Vila Barragem Santa Lúcia	99,7	90,5	46,3	2.214
Aglomerado Santa Lúcia	99,6	94,7	46,1	4.382

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.

2.2.3 Identificação dos equipamentos comunitários e serviços públicos disponíveis na área e no entorno e as respectivas capacidade de atendimento à nova demanda.

Serão relacionados a seguir os equipamentos públicos existentes no Aglomerado Santa Lúcia e no seu entorno, responsáveis pelo atendimento às famílias residentes nas cinco Vilas.

Serviços Públicos de Educação

No Aglomerado Santa Lúcia

- Escola Municipal Ulysses Guimarães – Vila Santa Rita de Cássia
- Escola Estadual José Carlos de Guaraná Menezes – Vila Santa Rita de Cássia
- Unidade de Educação Infantil Marta Nair Monteiro – Vila Santa Lúcia

No entorno

- Unidade de Educação Infantil Luxemburgo – Bairro Luxemburgo
- Escola Municipal Mestre Paranhos – Bairro São Bento
- Escola Municipal Benjamim Jacob – Bairro Sion
- Escola Municipal João Pessoa – Bairro Santo Antônio
- Escola Municipal Caio Líbano Soares – Bairro Santo Antônio
- Escola Municipal Santo Antônio – Bairro Santo Antônio
- Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira – Bairro Santo Antônio

Serviços Municipais de Saúde

No Aglomerado Santa Lúcia

- Academia da Cidade Santa Lúcia – Vila Santa Lúcia

No entorno

- Centro de Saúde Santa Lúcia -
- Centro de Saúde Santa Rita de Cássia – Bairro São Pedro
- Centro de Saúde Menino Jesus – Bairro Santo Antônio
- Centro de Saúde Tia Amância – Bairro Coração de Jesus
- Academia Tia Amância

Serviços Públicos de Políticas Sociais

No Aglomerado Santa Lúcia

- BH Cidadania / CRAS Santa Rita de Cássia – Vila Santa Rita de Cássia

No entorno

- Sacolão Abastecer Santa Lúcia – Bairro Santa Lúcia

Serviços Públicos de Cultura

No Aglomerado Santa Lúcia

- Biblioteca Regional Santa Rita de Cássia – Vila Santa Rita de Cássia

Serviços Públicos de Parques

No entorno

- Parque Ecológico Santo Antônio – Bairro Santo Antônio
- Parque Jornalista Eduardo Couri – Bairro Santa Lúcia
- Área das Nascentes da Barragem Santa Lúcia – Bairro Santa Lúcia
- Parque Paulo Berutti – Bairro São Bento
- Parque Olinto Marinho Couto – Bairro São Bento
- Parque Tom Jobim – Bairro Luxemburgo

Serviços Públicos de Inclusão Digital

No Aglomerado Santa Lúcia

- Centro de Inclusão Digital Santa Rita de Cássia – Vila Santa Rita de Cássia
- Centro de Inclusão Digital – NAF Vila Santa Rita de Cássia

Serviços Públicos de Referência em Áreas de Risco e Grupos Organizados

No Aglomerado Santa Lúcia

- Centro de Referência em Áreas de Risco – CREAM Santa Lúcia – Vila Santa Lúcia
- NUDEC – Núcleo de Defesa Civil

Serviços Públicos de Prevenção à Criminalidade

No Aglomerado Santa Lúcia

- Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC) Santa Lúcia - Programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos - Barragem Santa Lúcia

2.2.4 Iniciativas de trabalho socioambiental em andamento e/ou previstas na região, instituições que atuam com educação ambiental na região, as experiências e os programas de educação ambiental em desenvolvimento, conselhos, fóruns e colegiados existentes, redes e segmentos sociais, meios de comunicação, etc.

Conforme mapeado no item Caracterização da organização comunitária. Além dos listados no citado item existem no território os NUDECS- Núcleos de Defesa Civil que são as referências de ações de educação ambiental tendo em vista as ações preventivas do período chuvoso.

2.2.4 Diagnóstico situacional das doenças de veiculação hídrica para o desenvolvimento de ações específicas.

2.2.6 Demandas sociais e urbanísticas identificadas junto à população local, bem como de movimentos sociais, associações ou grupos representativos de segmentos da população e de populações vulneráveis (quilombolas, índios, catadores, outros).

No diagnóstico realizado através do PGE foram identificados como itens de maior gravidade no Aglomerado a educação deficiente, a violência, o desemprego, a falta de planejamento familiar, desrespeito ao próximo, impunidade, falta de apoio do poder público, infraestrutura básica deficiente, danos ambientais, moradias precárias, atendimento à saúde insuficiente e a dificuldade de regularização fundiária.

O Plano Global apresentou as principais demandas consideradas pelos moradores como necessárias para promover a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Quanto às questões urbanísticas/serviços públicos a maior reivindicação, considerando todas as Vilas Aglomerado, foi pelo aumento da segurança e do policiamento, destacando-se as Vilas Santa Rita de Cássia e Estrela, onde tal serviço foi considerado essencial por 71% e 79% da população, respectivamente. Em segundo lugar nas reivindicações dos moradores, apareceram no Plano Global da região os serviços de saneamento básico e rede de esgoto, problema considerado mais premente nos domicílios das Vilas Estrela e Barragem Santa Lúcia. A abertura e pavimentação de ruas e becos foram questões também primordiais colocadas na pesquisa realizada. Na Vila Santa Rita de Cássia, os moradores também consideraram como importante a instalação de um posto médico / odontológico no local. Também nesta área foi realçada a necessidade de se implantar sistema de transporte coletivo.

Outras demandas levantadas no PGE do Aglomerado, além das acima relatadas foram: construção de unidades habitacionais, obras de conformação em terrenos localizados nas ravinas, construção de áreas de lazer, colocação de lixeiras nas ruas, tratamento contra roedores e outros animais peçonhentos, retirada de cachorros das ruas, bem como os porcos, instalação de farmácia e comércio de gêneros alimentícios, em especial na Vila Estrela, atendimento de transporte coletivo com a extensão do trajeto do ônibus nas ruas das vilas, instalação de quebra-molas nas ruas, melhoria do sistema de telefonia pública, melhoria e ampliação do atendimento de saúde, em especial na Vila Estrela, instalação de posto médico mais próximo, demanda surgida na Vila Santa Rita de Cássia, consultório odontológico, iluminação pública nos becos, contenção de encostas, retirada de fios de alta tensão quando estes estiverem próximo às casas, e a regularização fundiária. Quanto a este último ponto, ainda que muitos moradores colocaram tal reivindicação como importante, o PGE registrou que parte da população têm receio do ônus que poderá ocorrer advindo da regularização da sua área, em forma de impostos.

Quanto a demandas sociais, foi identificada como necessária a instalação de escola de segundo grau, a ampliação do atendimento educacional, com extensão de série (7ª e 8ª), o oferecimento de cursos profissionalizantes para jovens, a construção de centro comunitário, iniciativas para geração de emprego e renda e a realização de campanha de educação sanitária.

Por fim foi acatada demanda apresentada pelos moradores de substituição de alternativa técnica para passagem de fiação elétrica via subterrânea de forma a diminuir o número de remoções, o que depende da aprovação do projeto pela CEMIG.

2.3 Caracterização da população beneficiária:

Para traçar o perfil da população beneficiária, serão apresentados dados extraídos do IBGE – Censo 2010 e do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal – CADÚNICO. As tabelas e gráficos exibirão informações das cinco vilas do Aglomerado com números absolutos e/ou percentuais. No entanto, os números correspondentes às Vilas São Bento e Esperança estão incluídos junto aos números da Vila Barragem Santa Lúcia, uma vez

que o Censo 2010 divulgou os resultados com esse agrupamento. Avaliou-se a relevância de se fazer comparações entre os resultados de cada uma das vilas com a média de todo Aglomerado, da Regional Centro-Sul, e com os números gerais do município. Desta forma, algumas tabelas trarão, além dos dados das vilas, dados do Aglomerado como um todo, da Regional centro-sul e de Belo Horizonte.

A Tabela 06 apresenta informações relativas à composição familiar nos domicílios do Aglomerado Santa Lúcia. Como é possível observar, em geral, predominam residências ocupadas por três e quatro pessoas, números estes situados próximos à média de habitantes por domicílio em Belo Horizonte. No entanto, a porcentagem de domicílios com mais de quatro habitantes é maior no Aglomerado comparada à proporção da capital. Por outro lado, a média de domicílios com um e dois moradores é menor no Aglomerado, comparada a média de Belo Horizonte. Essa diferença é ainda mais acentuada quando a comparação é feita com os números da Regional Centro Sul. Portanto, confirma-se que, proporcionalmente, há mais domicílios numerosos nas vilas do que nos outros dois grupos em comparação.

Tabela 06 – Número de pessoas por domicílio

Local	Número de pessoas por domicílio (%)									
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
Vila Estrela	13,6	16,9	17,8	24,4	10,8	8,0	3,0	2,3	1,6	1,6
Vila Santa Rita de Cássia	11,9	19,4	25,3	19,8	11,4	6,0	2,9	1,4	1,0	0,9
Vila Barragem Santa Lúcia	11,2	17,4	23,5	22,5	12,8	5,7	3,2	1,4	0,8	1,3
Aglomerado Santa Lúcia	11,7	18,1	23,7	21,6	12,1	6,0	3,1	1,5	1,0	1,2
Regional Centro-Sul	21,6	27,6	22,4	17,6	7,1	2,3	0,8	0,3	0,2	0,2
Belo Horizonte	14,3	23,9	25,1	21,1	9,5	3,5	1,4	0,6	0,3	0,3

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Em relação ao sexo da população total residente nas vilas do Aglomerado Santa Lúcia, os dados disponíveis encontram-se exibidos a seguir. Verifica-se o predomínio numérico da população feminina nas vilas, como também na Regional Centro-Sul e na capital. Fazendo uma comparação com os dados apurados para Belo Horizonte como um todo, vê-se que, ainda que em percentuais pequenos, o aglomerado mostra maior representatividade do gênero masculino, com exceção da Vila Estrela, onde a maioria da população é mulher, superando o percentual geral do município.

Tabela 07 – População por sexo

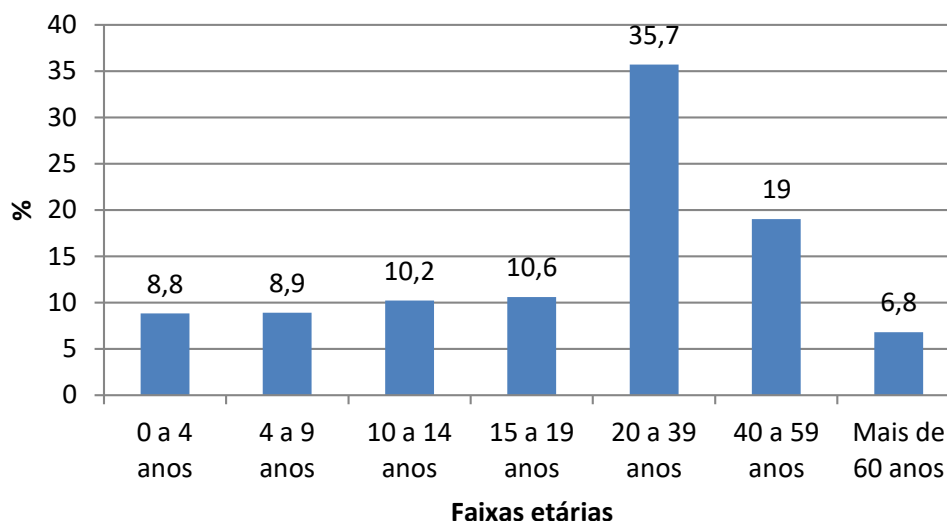
Local	Total	home	mulher
	ABS	%	%
Vila Estrela	1591	45,9	54,1
Vila Santa Rita de Cássia	6082	47,5	52,5
Vila Barragem Santa Lúcia	7999	48,8	51,2
Aglomerado Santa Lúcia	15672	48,0	52,0
Regional Centro Sul	272.28	44,9	55,1
Belo Horizonte	237514	46,9	53,1

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.

Quanto à faixa etária da população, é possível visualizar na Figura 01 que a exemplo do processo verificado em todo o país, vem ocorrendo na localidade o envelhecimento da população, em decorrência, dentre outros fatores, da redução das taxas de natalidade e do

aumento da expectativa de vida. A faixa etária com maior proporção de população está entre 20 e 39 anos, mais de 35% de toda a população.

Figura 01 – Faixa etária da população do Aglomerado Santa Lúcia



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.

Na tabela 08 identifica-se que a partir da faixa etária de 15 a 19 anos, a população feminina prevalece proporcionalmente superior em todas as outras faixas etárias.

Tabela 08– % da População residente total por faixa etária e sexo

Local	0 a 4 anos		5 a 9 anos		10 a 14 anos		15 a 19 anos		20 a 39 anos		40 a 59 anos		Mais de 60 anos		Nº Absoluto	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Vila Estrela	4,8	4,0	5,5	3,6	5,0	4,9	4,7	5,0	14,5	19,4	8,5	11,5	3,0	5,5	730	861
Vila Santa Rita de Cássia	4,4	3,5	4,3	4,5	5,1	4,7	5,2	5,6	17,0	18,5	9,0	11,0	2,5	4,7	2889	3193
Vila Barragem Santa Lúcia	5,2	4,2	4,9	4,1	5,1	5,5	5,2	5,4	17,5	18,7	8,3	9,7	2,5	3,6	3904	4095
Aglomerado Santa Lúcia	4,9	3,9	4,7	4,2	5,1	5,1	5,2	5,4	17,0	18,7	8,6	10,4	2,6	4,2	7523	8149

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.

Quanto a cor ou raça da população, a tabela 09 apresenta os números pesquisados pelo censo 2010. Os dados abaixo mostram que a presença da população que responderam ser de cor negra, é bem maior proporcionalmente no Aglomerado Santa Lúcia do que na Regional Centro-Sul e no município. Entre o Aglomerado e esta Regional, a diferença é bem considerada, uma vez que 20,5% da população das vilas responderam ser de cor preta, e da Regional Centro-Sul apenas 5,1% disseram ser pretos. Consequentemente, a mesma disparidade é identificada em

relação à população de cor branca. Enquanto 73% da população residente na Regional Centro-Sul responderam ser de cor branca, no Aglomerado a população desta cor não chega a 25%. Essa diferença é proporcionalmente maior entre a população negra feminina, como mostrado na mesma tabela.

Tabela 09 – % da população por cor ou raça e sexo

Sexo	Cor ou raça	Local					
		Vila Estrela	Santa Rita de Cássia	Vila Barragem Santa Lúcia	Aglomerado Santa Lúcia	Regional Centro-Sul	Belo Horizonte
Homens	Branca	19,59	24,1	24,1	23,7	72,6	45,6
	Preta	26,58	20,6	20,9	21,3	5,3	10,7
	Amarela	3,29	1,0	1,0	1,3	0,8	1,0
	Parda	50,27	54,2	53,7	53,6	21,2	42,6
	Indígena	0,27	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1
	Total	100,00	100	100	100	100	100
Mulheres	Branca	21,3	25,2	24,7	24,5	73,3	47,7
	Preta	30,5	18,7	18,1	19,6	5,2	9,7
	Amarela	2,9	0,7	1,4	1,3	0,8	1,2
	Parda	45,1	55,4	55,5	54,4	20,5	41,3
	Indígena	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1	0,2
	Total	100	100	100	100	100,0	100
Total	Branca	20,5	24,4	24,4	24,1	73,0	46,7
	Preta	28,7	19,6	19,5	20,5	5,3	10,2
	Amarela	3,1	0,8	1,3	1,3	0,8	1,1
	Parda	47,5	54,8	54,6	54,0	20,9	41,9
	Indígena	0,3	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1
	Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.

Outro elemento fundamental para se compor o perfil da população residente na área, relaciona-se a sua escolaridade. A tabela 10 traz informações do Censo 2010 relacionadas à alfabetização dos membros das famílias do Aglomerado e dos outros grupos em comparação.

Distribuindo a população alfabetizada entre as diversas faixas etárias, percebe-se que há maior incidência de pessoas não alfabetizadas entre as pessoas idosas do Aglomerado, como também nos outros grupos em comparação. No entanto, a taxa de alfabetização das vilas do Aglomerado em todas as faixas etárias é sempre menor, comparada às médias da regional Centro-Sul e do município de Belo Horizonte, principalmente entre 25 e 29 anos.

Tabela 10 – % da População alfabetizada por faixa etária

Local	5 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 59 anos	Acima de 60 anos
Vila Estrela	92,1	98,4	93,5	67,6
Vila Santa Rita de Cássia	89,3	97,9	93,5	64,1
Vila Barragem Santa Lúcia	88,6	98,3	91,5	58,2
Aglomerado Santa Lúcia	89,2	98,2	92,5	61,8
Regional Centro Sul	92,2	99,5	98,5	96,4
Belo Horizonte	90,6	99,3	98,0	90,6

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.

Quanto ao item tipo de domicílio, o Censo 2010 identificou que predomina no Aglomerado Santa Lúcia a modalidade “domicílio particular permanente ocupado”. No entanto, o IBGE registrou a existência de “domicílios particulares improvisados” em vilas do Aglomerado, ou seja, há famílias residindo em locais improvisados, como garagens, lojas, e outros espaços.

Tabela 11 – População residente por tipo de domicílio

Local	Particulares permanentes ocupados	Particulares improvisados ocupados	Coletivos - com morador
Estrela	1.591	-	-
Santa Rita de Cássia	6.082	2	-
Vila Barragem Santa Lúcia	7.999	10	-
Aglomerado Santa Lúcia	15.672	12	-
Regional Centro-Sul	271.480	79	699
Belo Horizonte	2.368.540	1.616	5.643

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Sobre a condição de ocupação dos domicílios considerados como particulares permanentes, no Aglomerado Santa Lúcia, 85% dos entrevistados responderam que são próprios. (Tabela 12). Esse percentual é maior que o dos outros dois grupos em comparação, Regional Centro Sul e Belo Horizonte. Quanto aos domicílios caracterizados como alugados, tanto esta Regional como a capital apresentam uma proporção maior, comparada aos números desta modalidade nas Vilas do Aglomerado.

Tabela 12 - % Domicílios particulares permanentes por condição de ocupação

Local	Próprio	Alugado	Cedido	Outra condição	Total absoluto de domicílios existentes
Vila Estrela	89	9,4	1,41	0,70	427
Vila Santa Rita de Cássia	84	13	2,99	-	1.741
Vila Barragem Santa Lúcia	82	15,4	1,99	0,36	2.214
Aglomerado Santa Lúcia	85	12,6	2,13	0,33	4.382
Regional Centro-Sul	76	20,7	3,07	0,31	98.732
Belo Horizonte	73	20,2	6,55	0,5	762.075

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Quanto à condição dos membros no domicílio, caracterizada pelo Censo através da relação existente entre a pessoa responsável pelo domicílio e cada um dos demais moradores, nota-se na tabela 13 que no Aglomerado Santa Lúcia a maioria, 41,1%, é classificada como “filho (a) ou enteado (a)”. A categoria “cônjuge” aparece em segundo lugar representada por 14,9%. Registra-se ainda no Aglomerado uma relevante presença nos domicílios das categorias “neto (a) ou bisneto (a)” e “outro parente”, em proporções maiores que na Regional Centro-Sul e no município. Analisando esta informação conclui-se que no aglomerado, mais do que nos outros grupos em comparação, registra-se a presença de famílias estendidas.

Tabela 13 – Condição dos membros no domicílio

Local	Pessoa responsável	Cônjuge	Filho(a) ou enteado(a)	Neto(a) ou bisneto(a)	Outro parente	Sem parentesco	Total Absoluto
Vila Estrela	26,84	12,26	41,42	9,81	9,11	0,57	1.591
Vila Santa Rita de Cássia	28,66	14,58	39,51	6,54	9,70	1,00	6.082
Vila Barragem Santa Lúcia	27,74	15,81	42,41	5,65	7,48	0,91	7.999
Aglomerado Santa Lúcia	28,01	14,98	41,18	6,42	8,51	0,91	15.672
Centro-Sul	36,38	17,52	31,55	2,74	7,32	4,49	271.481
Belo Horizonte	32,20	18,15	36,20	3,88	7,90	1,67	2.368.838

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

O Censo 2010 analisou a existência de membro responsável pelo domicílio (pessoa homem ou mulher, com no mínimo dez anos de idade, reconhecida pelos moradores como responsável pelo domicílio), cuja responsabilidade seja compartilhada com outro membro. É na Vila Santa Rita de Cássia, onde há a maior proporção de domicílios com mais de um responsável, ultrapassando os percentuais médios da Regional Centro-Sul e de toda a cidade (Tabela 14).

Tabela 14 – Existência de membros na condição de responsáveis pelo domicílio com compartilhamento ou não da responsabilidade

Local	nº de membro responsável com responsabilidade compartilhada	% de membro responsável com responsabilidade compartilhada	nº de membro responsável sem responsabilidade compartilhada	% de membro responsável sem responsabilidade compartilhada	Total
Vila Estrela	52	12,2	375	87,8	427
Vila Santa Rita de Cássia	759	43,5	981	56,3	1743
Vila Barragem Santa Lúcia	795	35,8	1423	64,1	2219
Aglomerado Santa Lúcia	1.606	36,6	2779	63,3	4389
Centro-Sul	32.761	33,2	65955	66,8	98765
Belo Horizonte	250366	32,8	512062	67,1	762750

Fonte: IBGE – Censo 2010

A tabela acima ainda retrata que é na Vila Estrela onde há a maior incidência de domicílios em que apenas um membro se responsabiliza pela família (87,8%). No caso desta Vila, é possível afirmar que essa responsabilidade única é desempenhada em sua maioria por mulheres. A tabela a seguir comprova essa afirmativa, evidenciando que 60,2% dos domicílios da Vila Estrela são chefiados por mulheres. Além disso, os dados apresentados mostram ainda que em todo o aglomerado, a maioria dos domicílios é chefiada por mulheres.

Tabela 15 – Sexo da pessoa responsável pelo domicílio

Bairro	Sexo da pessoa responsável pelo domicílio		
	Homens	Mulheres	Total
Vila Estrela	39,8	60,2	100
Vila Santa Rita de Cássia	49,9	50,1	100
Vila Barragem Santa Lúcia	51,0	49,0	100
Aglomerado Santa Lúcia	49,5	50,5	100

Fonte: IBGE – Censo 2010

2.4 Caracterização da organização comunitária:

As primeiras formas de organização comunitária no Aglomerado Santa Lúcia de que se tem conhecimento foram registradas na Vila Santa Rita de Cássia em 1958. Na ocasião, moradores se uniram na tentativa de impedir a entrada na vila de pessoas vindas do interior do estado em busca de moradia e trabalho. Após esse movimento, foi fundada a Associação de Defesa Coletiva, com a finalidade de proteger os moradores da vila de ações externas que significassem ameaça, principalmente à segurança residencial.

Em 1964 foi criada por um grupo de moradores a Associação dos Moradores da Vila Santa Rita de Cássia, com objetivo de aglutinar força reivindicativa junto às autoridades. O senhor José Bonifácio, primeiro presidente eleito, exerceu um mandato de apenas seis meses por causa do golpe militar de 1964 que proibiu a existência das associações de bairro. Sr. José, e outros moradores chegaram a ser presos. A Associação dos Moradores foi reativada em 1979, no mesmo ano em que assinou convênio com o Programa de Desenvolvimento das Comunidades (Prodecom) para implementar melhorias na vila.

Associações comunitárias continuaram a ser o principal canal de reivindicação da comunidade, como mostra o Plano Global Específico do Aglomerado. O PGE levantou questões referentes à mobilização e participação comunitária, e identificou que quase 45% dos moradores legitimam as associações como seus representantes na luta por melhorias na comunidade. A representatividade destas entidades é maior nas vilas Barragem Santa Lúcia e Estrela, sendo menos citadas na Vila Santa Rita de Cássia, conforme tabela a seguir.

TABELA 16 – Canais de reivindicação dos moradores do Aglomerado Santa Lúcia

Canal de reivindicação	Santa Lúcia	Santa Rita	Estrela
	%	%	%
Associação de	50,42	34,83	50,00
Político conhecido	0,84	-	-
Poder público	8,40	5,62	3,57
Instituição religiosa	-	2,25	-
URBEL	2,52	5,62	7,14
ONG	-	-	-
Partido Político	0,84	-	-
Mutirão	2,52	-	-
Líder comunitário	3,36	-	3,57
Não há quem reivindica	13,45	28,09	35,71
Não sabe	28,05	25,84	3,57
Outros	1,68	3,37	3,57
Total	100	100	100

Fonte: URBEL

Atualmente um número relevante de organizações, além das associações comunitárias existentes, estão presentes no Aglomerado. Em geral elas se caracterizam como entidades que

desenvolvem ações nas áreas de assistência social, cultura, esporte, lazer, geração de trabalho e renda entre outros. A seguir estão relacionadas algumas delas. Durante a execução do PTTS essas organizações poderão ser contatadas uma vez que todas elas se apresentam como potenciais parceiras.

Organização Comunitária

1- União Comunitária da Barragem Santa Lúcia

Endereço: Rua Principal, nº. 5 – Barragem Santa Lúcia – Aglomerado Santa Lúcia

Telefone: (31) 3296-3841

Atuação: Luta por melhorias para a comunidade na área social.

2- Associação dos Universitários do Morro (AUM)

Endereço: Rua Principal, 441 - sala 02 – Barragem Santa Lúcia. CEP: 30330-460

Telefone: (31) 3296-6583

E-mail: universitariosdomorro@morrodopapagaio.com.br

Atuação: Desenvolvimento de ações para o desenvolvimento da comunidade e auxílio na graduação dos universitários do aglomerado.

3- Conselho Comunitário da Vila Estrela

Endereço: Rua São João Nepomuceno, Nº45- Vila Estrela

Telefone: 31-3296 9098 (Residência da Presidente)

Atuação: Reorganizar a associação da Vila Estrela para continuar os trabalhos sociais que a associação realizava no passado. Regularização formal para representar a Vila Estrela perante o Estado.

4- União Comunitária da Barragem Santa Lúcia

Endereço: Rua Principal, 05 – Barragem Santa Lúcia. CEP: 30330-460.

Telefone: (31)3296-3841.

E-mail: ucbslcomunidade@hotmail.com.

Atuação: Organizar demandas comunitárias, representar a comunidade frente ao poder público e capacitar os moradores nos cursos oferecidos pela associação.

Cultura

1- Vozibilidade dos Tambores

Endereço: Rua São Tomás de Aquino, Nº. 462 – Vila Santa Rita. CEP: 30330-530.

Telefone: (31) 3277-9415

E-mail: omidamtala@yahoo.com.br

Atuação: Relembrar, preservar e expandir os valores, a história a filosofia de ensino do povo negro através da música e da dança africana.

2- Agremiação Arraiá do Sabugo Duro

Endereço: Rua Principal, Beco X, 49 (Casa do Marino).

Telefone: 31-8443-8630

Atuação: Espaço para que o jovem tenha alternativa pelo envolvimento na Quadrilha Junina.

3- Cuenda

Endereço: Rua União, 58 – Vila Santa Rita (Centro Esportivo) CEP: 30330-530.

Telefone: 31-9908 9524 (Pantera)

E-mail: grupocuenda@hotmail.com

Atuação: Propiciar o contato com a cultura africana e indígena através da prática da capoeira e da dança.

4- Grupo do Beco

Endereço: Av. Arthur Bernardes, 3872 – Barragem Santa Lúcia. CEP: 30335-790

Telefone: 31-3344 1123

E-mail: grupodobeco@yahoo.com.br

Atuação Oficinas de teatro em escolas, Projeto “Adolescer ou Não” (formação técnica em teatro), apresentação de peças de teatro anuais.

Assistência Social

1- Centro de Defesa Coletiva da Vila Santa Rita de Cássia

Endereço: Rua São Tomás de Aquino, 440 – Vila Santa Rita de Cássia – 30.330-530.

Telefone: (31) 3287-9677

E-mail: não tem

Site: não tem

Atuação: Oferta de alimentação, cesta básica e oficinas de música.

2- Alcoólicos Anônimos - Grupo Novo Mundo

Endereço: Rua Copérnico Pinto Coelho, 96 (Creche Madre Garcia) CEP: 30350-290.

Telefone: 31-3224 7744 (CENTRAL – Avenida dos Andradas, 302, 5º andar.sl.521. Centro).

Atuação: Transformar as pessoas que têm problemas de alcoolismo. / Realização de conversas e reuniões. Reuniões às 3ª, 5ª e sábados às 19:30, e domingo às 18hs com a população do Aglomerado Santa Lúcia.

3- Centro Espírita Manuel Felipe Santiago

Endereço: Rua Leopoldina, 648 – Bairro Santo Antônio. CEP: 30350-150.

Telefone: (31) 3344 3988

Atuação: Orientação Jurídica, distribuição de roupas e enxovais para recém-nascidos feitas pelas costureiras voluntárias, curso para gestantes, distribuição de sopas diariamente, distribuição de cestas básicas uma vez ao mês para famílias cadastradas, grupos de evangelização para crianças e adultos, acompanhamento odontológico, e oficinas de artesanato.

4- Grupo de Idosos Nossa Senhora da Guia

Endereço: Rua São Tomás de Aquino 538 – Vila Santa Rita de Cássia.

CEP:30330-530

Telefone: (31)3277-8826/32778827

Atuação: Assistência social a idosos carentes de modo preventivo e curativo oferecendo opções para integrá-lo à família e à comunidade e manter o idoso como membro útil e integrado.

5- Grupo de Convivência da Terceira Idade Santa Rita de Cássia

Endereço: Rua São Tomás de Aquino, 640, Vila Santa Rita. CEP: 30330-530
Telefone: (31) 3221-4849/8675-3500
Atividades: Aulas de crochê, de ginástica, de canto, de dança de salão, oficina de argila e prosa, pinturas, passeios culturais e de lazer.

6- Casa de Brincar

Endereço: Rua São Tomás de Aquino, 486 - Vila Santa Rita
Telefone: (31) 3428 - 8449

Atuação: Integrar o programa BH cidadania; incentivar o lúdico nas famílias. Brincadeiras com as crianças e as respectivas famílias.

7- Associação Mãe Sozinha

Endereço: Rua Engenheiro Zoroastro Torres, n. 462 – Santo Antonio. CEP: 30350-260
Telefone: (31) 3293-4806

Site: www.maesozinha.org

Atuação: Auxiliar mães sozinhas na estruturação familiar. Consulta psicológica, acompanhamento escolar, curso de computação.

8- Conferência Santa Lúcia da Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP)

Endereço: Avenida Arthur Bernardes, 1616 - Barragem Santa Lúcia.

Telefone: (31) 3293 4179

Atuação: Ajudar famílias carentes com alimentação e auxílio espiritual. Reuniões semanais, cursos de artesanato e assistência.

9- Obras Sociais Nossa Senhora do Morro

Endereço: Rua Principal, 441 – Vila Santa Rita de Cássia (Centro Catequético). CEP: 30330-460
Telefone: 31-3296 6583

Email: padrematozinhos@hotmail.com

Atuação: Desenvolver ações sociais visando combater a violência e exclusão às pessoas que moram no Aglomerado. Pré-vestibular, aulas de reforço escolar, acompanhamento de idosos, aulas de informática.

Educação

1- Creche Educacional Nascer da Esperança

Endereço: Rua H, nº. 280 – Barragem Santa Lúcia – CEP: 30.350

Telefone: (31) 3344-2591

E-mail: creche.nascer@ig.com.br

Atuação: Atendimento infantil pedagógico, atividades artísticas e de promoção do meio ambiente e na área de saúde.

2- Creche Madre Garcia

Endereço: Rua Principal, nº. 19 – Barragem Santa Lúcia CEP: 30.330-460.

Telefone: (31) 3296-0709

E-mail: guimaraes-2008@hotmail.com

Site: www.crechemadregarcia.org

Atuação: Atendimento pedagógico e ensino educacional infantil.

3- Creche do Carmo da Vila Santa Rita de Cássia.

Endereço: Rua União, nº. 83 – Vila Santa Rita de Cássia – Aglomerado Santa Lúcia - CEP: 30.330-000.

Telefone: (31) 3282-8333

Atuação: Educação infantil de crianças de 01 a 05 anos.

4- Biblioteca Regional Santa Rita de Cássia

Endereço: Rua São Tomás de Aquino, nº. 538 – Vila Santa Rita de Cássia - CEP: 30.330-530. Aglomerado Santa Lúcia

Telefone: (31) 3277-6437

Atuação: Empréstimo de livros, pesquisa, palestras e oficinas, revistas e jornais para

5- Centro de Referência da Criança

Endereço: Beco Beira Rio, nº. 110 - Barragem Santa Lúcia - CEP: 30.335-780.

Telefone: (31) 3296-6583

Atuação: Reforço escolar, jogos e brincadeiras, e passa conceitos de cidadania para as crianças.

6- Grupo de Amigos da Criança

Endereço: Beco Aparecida, nº. 25 – Vila Santa Rita de Cássia - CEP: 30.335-050.

Telefone: (31) 3284-6800

Site: www.projetogac.com.br

Atuação: Oferta de educação infantil e sócia juvenil

7- Ação Social Paula Frassinetti - Casa Santa Paula

Endereço: R. São Sebastião, 153, Vila Santa Rita de Cássia.

Site: www.santadoroteia.com.br

Atuação: Ajudar na formação ética das crianças retirando-as do risco social. Trabalho: formação cidadã e socialização através de oficinas, recreação e auxílio escolar. pesquisa.

8- Casa da Acolhida - Marista de Belo Horizonte

Endereço: Beco Beira Rio, 170 – Vila Esperança. CEP: 30335-024

Telefone: 31-3296 6583.

E-mail: acolhidabh@ubee-marista.com.br

Site: www.marista.edu.br

Atuação: Reforço escolar para crianças

9- Creche Pequeno Moisés

Público-alvo: Crianças de 4 meses a 5 anos.

Endereço: Beco das Flores, 70. Barragem Santa Lúcia.

Telefone: 31-3296 5770.

E-mail: pequeno_Moisés@yahoo.com.br

Atuação: Realizar trabalhos pedagógicos com as crianças enquanto os pais trabalham.

10- Pré-vestibular Comunitário - Unidade Santa Lúcia

Endereço: Rua Copérnico Pinto Coelho, Nº. 13 (Escola D. Augusta) – Barragem Santa Lúcia
CEP: 30330-460.

Telefone: 31-9689 8553 (Marcelo) e 31-3297 1701 (de 19 às 22 hs.).

E-mail: asmarcelonovaes@hotmail.com

Entidades Sindicais

1- Equipe Voluntários Força Jovem Aglomerado Santa Lúcia

Endereço: Rua Gomes Ferraz, 125, Santa Lúcia, Belo Horizonte – CEP: 30.270-350

Atuação: Sindicato de Classe

Esporte e Lazer

1- Associação Esportiva do Aglomerado da Barragem Santa Lúcia.

Endereço: Avenida Arthur Bernardes, 3871- Barragem Santa Lúcia – CEP: 30.350-310.

Telefone: (31) 3297-1460 / (31) 9254-1624

Capacitação Profissional e Geração de Trabalho e Renda

1- Associação das Obras Pavonianas de Assistência

Endereço: Rua Dias Toledo, 99 - Vila Paris- CEP- 30380-670

Telefone: (31) 3344-1800 / 3297-4962

Site: www.pavonianos.org.br

Email: aopabh@terra.com.br

Atuação: Cursos Profissionalizantes oferecidos a jovens e adolescentes que vivem em situação de risco social, entre outras atividades de cunho assistencial e educacional.

2- Cooperativa de Produção Nossa Costura (CooperNossa)

Endereço: Beco Santa Inês, 30 – Aglomerado Santa Lúcia. CEP: 30335-620.

Telefone: 31-3296 5621.

E-mail: coopernossa@hotmail.com.

Atuação: Implantação de emprego, geração de renda para a comunidade. Consertos e fabricação de uniformes e roupas em geral.

Projetos de Extensão Universitária

1- Programa Pólos de Cidadania – Faculdade de Direito – UFMG

Contatos: polos@direito.ufmg.br Fones: 3409-8637 /3409-8638

Atuação: PÓLOS DE CIDADANIA é um programa interinstitucional voltado para a efetivação dos direitos humanos. Criado em 1995, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. O PÓLOS trabalha pela construção da CIDADANIA, destacando-se o apoio jurídico e a mediação de conflitos em favelas, incluindo o Aglomerado Santa Lúcia, bem como o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes e da luta por moradia e trabalho. No Aglomerado Santa Lúcia se faz presente acompanhando os moradores nas negociações sobre a

implantação do programa Vila Viva, participando ativamente das mediações com os poderes públicos.

2- PUC Minas – “Projeto Viver Bem na Vila” - Núcleo de Políticas Urbanas e Socioespaciais
Atuação: Desenvolvimento de ações junto aos moradores para acompanhamento na área de reestruturação social, tais como: acompanhamento das intervenções físicas e jurídicas; acompanhamento dos deslocamentos involuntários; colaboração na implantação e/ou potencialização das ações e programas de inclusão social e programas de educação sanitária e ambiental.

3 JUSTIFICATIVA

A presente proposta de intervenção social junto às famílias residentes no Aglomerado Santa Lúcia encontra-se justificada pelas diretrizes e orientações federais emanadas pelo Estatuto das Cidades e pelo Programa Pró-Moradia - Urbanização de Assentamentos Precários, do Ministério das Cidades, ao qual esta operação urbana se vincula, bem como aos normativos, planos e leis municipais que fazem menção às intervenções em Assentamentos de Interesse Social⁹, mais adiante detalhados.

O Programa Pró-Moradia tem como objetivo elevar a qualidade de vida das famílias de baixa renda por meio do acesso à moradia adequada da população em situação de vulnerabilidade social e ambiental, através de intervenções integradas que agregam obras físicas e o trabalho de mobilização e participação comunitária, devendo este ser estruturado em Projeto Técnico de Trabalho Social (PTTS).

O desenvolvimento do trabalho social é imprescindível quando um empreendimento provoca mudanças diretas nas condições de vida da população, notadamente em relação à situação de moradia, como é o caso do presente empreendimento, dada a amplitude das intervenções urbanas previstas no aglomerado, incluindo-se a remoção e o reassentamento de moradores, as quais terão consequência direta na vida das famílias, nas relações familiares e condições de sociabilidade estabelecida entre as famílias residentes e destas com o entorno e até mesmo com a cidade.

Nesse sentido, entende-se que o trabalho social a ser desenvolvido se faz necessário a viabilizar canais de discussão e reflexão junto às famílias sobre a mudança de vida, de hábitos e comportamentos, bem como sobre as intervenções físicas a serem implementadas, de forma a auxiliar a compreensão e valorização da nova condição de habitabilidade e também no controle social, resultando na afirmação da cidadania e transparência na aplicação dos recursos públicos.

A proposta de intervenção social junto às famílias encontra-se amparada em marcos regulatórios de abrangência federal e local, que têm como pressuposto a gestão democrática das cidades, onde é requisito fundamental a participação dos grupos envolvidos, nas intervenções urbanas.

A Lei Federal nº 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade, regulamenta os artigos 182 e

⁹ O município de Belo Horizonte considera de interesse social o assentamento onde a população é predominantemente de baixa renda e que apresenta algum tipo de precariedade, tais como: irregularidade fundiária, deficiência de infraestrutura, presença de situações de risco físico-ambiental, predominância de padrão construtivo baixo. O conceito de população de baixa renda tem como referência a Política Nacional de Habitação, que estabelece como corte para atendimento do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social famílias com renda mensal de até seis salários mínimos. A partir da pesquisa realizada durante a elaboração do PLHIS 2010 foram identificadas em Belo Horizonte quatro tipologias de assentamentos de interesse social, quais sejam: Conjuntos Habitacionais e Loteamentos Públicos, Loteamentos Privados Irregulares, Vilas/Favelas e Ocupações Organizadas. O conceito adotado pelo município para Vilas/Favelas: assentamentos originados por ocupação espontânea em terreno de terceiros por população de baixa renda. A mesma pesquisa contabilizou um total de 152.345 domicílios distribuídos em 285 assentamentos de interesse social. As tipologias com maior incidência são a das Vilas/Favelas, com 68% dos assentamentos e 67% dos domicílios. *Fonte: Belo Horizonte, PLHIS 2010.*

183 da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais e instrumentos da Política urbana. Destaca-se entre as diretrizes dispostas em seu art. 2º a que contempla a gestão urbana democrática da cidade:

“II - gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.”

No âmbito local, o município de Belo Horizonte dispõe de vários instrumentos legais e normativos direcionados para o planejamento e intervenções urbanas, dentre os quais destacamos aquelas direcionados à população residente em Assentamentos de Interesse Social, de especial relevância para as ações previstas neste PTTS, a saber:

- . Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte;
- . Plano Diretor;
- . Programa de Reassentamento em Função de Risco ou Obras Públicas (PROAS);
- . Programa Bolsa Moradia;
- . Programa Estrutural de Áreas de Risco – PEAR;
- . Plano Global Específico;
- . Programa Vila Viva;
- . Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).

Todos estes instrumentos normativos e de planejamento fazem menção, dentre outras, sobre a participação social como instrumento de planejamento urbano e gestão democrática da cidade, oferecendo relevantes noções e diretrizes para o desenvolvimento da política de habitação de interesse social.

A Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte estabelece que os objetivos da política urbana serão alcançados com a garantia da participação da sociedade civil em todo o processo de planejamento e de acompanhamento da execução:

Art. 184 - O pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, a garantia do bem-estar de sua população e o cumprimento da função social da propriedade, objetivos da política urbana executada pelo Poder Público, serão assegurados mediante:

(...)

IV - participação da sociedade civil no planejamento e no controle da execução de programas que lhe forem pertinentes.

Ressalta-se que a participação da sociedade civil é de especial relevância na política de habitação de interesse social.

O Plano Diretor municipal instituído desde 1996, atualizado em 2010 ressalta, da mesma forma, a importância da participação popular na gestão urbana, determinando a criação de *“mecanismos que permitam a participação dos agentes envolvidos em todas as fases do processo, desde a elaboração até a implantação e a gestão dos projetos a serem aprovados”* (art. 77).

Como pressuposto do planejamento da política de desenvolvimento urbano de Belo Horizonte, apresenta alguns dispositivos que têm relação direta com a política habitacional de interesse social, traçando objetivos estratégicos, dentre os quais se destacam:

“ (...)

VII - a regularização fundiária, a melhoria das moradias e a urbanização das Vilas/Favelas, inclusive por meio de programas que possibilitem sua verticalização;

(...)

IX - o controle da ocupação das áreas de risco geológico potencial;

(...)

XVIII - a participação popular na gestão do Município; (...)

No que tange à política de saneamento, o Plano Diretor dedica diretrizes especiais para áreas ocupadas por população de baixa renda, bem como a programas e projetos direcionados a esta de especial relevância para o PTTS:

“(…)

VI – priorizar planos, programas e projetos que visem à ampliação de saneamento das áreas ocupada por população de baixa renda;

(…)

X – promover a coordenação e a integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, habitação, uso e ocupação do solo;

(…)

XIII – assegurar a participação efetiva da sociedade na formulação das políticas, no planejamento e controle de serviços de saneamento e a promoção de educação ambiental e sanitária, com ênfase na participação social;

Há de se considerar, também, de importância para a intervenção social ora proposta, o art. 31 do Plano Diretor, o qual apresenta diretrizes para a ocupação e tratamento de “áreas de risco Geológico”, destacando-se as diretrizes referentes aos deslocamentos involuntários da população residente, o que justifica a elaboração de Plano de Ação de Remoção e Reassentamento de famílias:

Art. 31 – São diretrizes da política habitacional:

(…);

II – priorizar, nas ações de remoção, as famílias de baixa renda residentes em áreas de risco e insalubres;

(…)

X – promover o reassentamento, preferencialmente em área próxima ao local de origem, dos moradores das áreas de risco e das destinadas a projetos de interesse público ou dos desalojados por motivo de calamidade;

Neste sentido o município de Belo Horizonte dispõe de regulamentação específica, instituída pelos **Programa de Reassentamento em Função de Risco ou Obras Públicas – PROAS e Programa Bolsa Moradia**, os quais também justificam as ações previstas neste PTTS, dando amparo às atividades de remoção e reassentamento de famílias.

O Programa Municipal de Assentamento – PROAS, instituído pela Lei Municipal nº 7.597/1998, com alterações feitas pela Lei Municipal nº 8.566/2003, destina-se ao assentamento de famílias vítimas de calamidades, removidas de suas casas originais por obras públicas, áreas de risco ou ocupação irregular, ou ainda moradores de rua. A Lei fixa os requisitos necessários para ser beneficiário do PROAS, bem como possibilita o pagamento de benefício destinado à locação de moradias para reassentamento temporário de famílias removidas.

Da mesma forma, este projeto de intervenção social encontra-se amparado pelo **Programa Estrutural de Áreas de Risco – PEAR**. O objetivo principal do Programa é fornecer assistência técnica, física e social às famílias moradoras de áreas de risco geológico efetivo e de caráter continuado, notadamente moradores de assentamentos precários de interesse social, tais como Vilas/Favelas, visando diagnosticar, prevenir, monitorar, controlar e minimizar situações de risco geológico, estruturando e revitalizando estas áreas. Além disto o Programa busca garantir proteção às vidas de milhares de famílias que residem em áreas de risco geológico-geotécnico, passíveis de inundações e escorregamentos, por exemplo, por meio da execução de ações preventivas, estruturantes e emergenciais.

O Programa encontra-se articulado com a Defesa Civil Municipal, constitui os Núcleos de Defesa Civil – NUDEC, bem como a instalação de Centro de Referência de Áreas de Risco (CREAR). Para abrigamento temporário de moradores das áreas de risco afetados por deslizamentos e inundações. Há um CREAR instalado no Aglomerado Santa Lúcia.

Reforçando a atenção às áreas de ocupação irregular já consolidadas em vilas e favelas da Capital, o município de Belo Horizonte institui o **Plano Global Específico (PGE)**.

A Política Municipal de Habitação, delineada a partir de 1994 define o programa de “Intervenções

Estruturantes” em assentamentos existentes, demandando um planejamento prévio de cada local. Assim, cria-se o Plano Global Específico – PGE, consistindo em um estudo aprofundado da realidade de cada uma destas áreas (vilas, favelas e conjuntos habitacionais populares), levando-se em consideração os aspectos urbanístico-ambientais, socioeconômico e a situação jurídica do terreno, sendo este pré-requisito para as intervenções urbanas estruturantes no território.

O PGE considera três níveis de abordagem, com a participação dos moradores durante todo o seu desenvolvimento: físico-ambiental, jurídico-legal e sócio-organizativo, elaborados concomitante e contendo, no mínimo:

- Levantamento de dados referentes à situação jurídico-legal, sócio-organizativa e físico-ambiental;
- Diagnóstico integrado da situação sócio-organizativa, físico-ambiental e jurídico-legal;
- Proposta integrada de intervenção social, física e de regularização fundiária;
- Cronograma de implantação das atividades, com priorização de intervenções e estimativas de custos;
- Diretrizes para o parcelamento, uso e ocupação do solo.

A metodologia de elaboração do PGE inclui a exigência de criação do Grupo de Referência (GR) da respectiva área objeto de planejamento. Estes grupos são formados por voluntários, que podem ser moradores da Vila estudada e/ou membros de instituições e grupos que nela atuam. Têm o papel de representar a comunidade, de divulgar as informações do Plano, de estabelecer a interlocução entre a comunidade e o Poder Público, além de promover discussões sobre questões relativas às intervenções e projetos a serem indicados para a área de estudo.

Desta forma, prevê-se que o PGE sendo elaborado em conjunto com a comunidade, atenda de fato aos seus anseios, possibilite a apropriação das suas propostas, a mobilização para a sua implantação e para a sustentabilidade das intervenções.

Neste sentido, em 2004 foi concluído o PGE do aglomerado o qual apontou ações socioeconômicas organizativas prioritárias a serem implementadas, bem como os impactos esperados, conforme registrado no Quadro 1, que compõe o Anexo 1 do presente.

É importante realçar que as ações previstas neste PTTS encontram-se amparadas/justificadas nas propostas elencadas pela comunidade quando da realização do PGE, indo além, com outras ações julgadas pertinentes a integrar o projeto social a ser implementado naquele território.

De forma a viabilizar a implementação das ações e projetos priorizados no PGE do Aglomerado Santa Lúcia a prefeitura de Belo Horizonte irá implantar a presente intervenção naquele aglomerado, por meio do **Programa Vila Viva**.

Este Programa tem como objetivo básico promover a inclusão espacial, econômica e jurídica dos moradores das áreas atendidas, por meio de intervenções integradas estruturantes em vilas e favelas da Capital, as quais, no presente caso, encontram-se vinculadas ao Programa Pró-Moradia do Governo Federal, obtendo-se, para tanto, grande parte dos recursos necessários por meio de financiamento junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

O **Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS** é um instrumento de Planejamento municipal o qual, da mesma forma que os instrumentos legais e normativos anteriormente mencionados, justificam e dão amparo às ações de intervenção social previstas neste PTTS.

O PLHIS - BH, concluído e aprovado pelo Conselho Municipal de Habitação em junho de 2010, Objetiva viabilizar a realização das ações da política habitacional na perspectiva da garantia do acesso à moradia digna por parte da população de baixa renda e da expressão dos agentes sociais sobre a habitação de interesse social, sendo requisito previsto para adesão do município ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS.

O PLHIS de Belo Horizonte foi discutido e pactuado com gestores públicos municipais e atores sociais, incorporando, portanto, as contribuições feitas durante esses debates.

Dentre os diversos pontos abordados no PLHIS sobre a situação habitacional do município, utilizando-se para tanto de dados da Fundação João Pinheiro sobre o Déficit Habitacional – quantitativo e qualitativo, o plano faz menção às necessidades de remoções de famílias, tanto em função da execução de obras públicas de grande porte, quanto da demanda existente por obras de urbanização integrada estruturante em assentamentos de interesse social, neste último caso tendo como referência as realidades e os planejamentos locais.

Verifica-se, no universo da política habitacional do município de Belo Horizonte, que o processo de assentamento de famílias de baixa renda através tanto da produção de novas unidades habitacionais (déficit quantitativo), quanto das intervenções estruturantes em vilas e favelas, como é o presente caso, exige a incorporação do conceito de sustentabilidade física, social e econômica dos empreendimentos. Tal preocupação se manifesta na adoção de trabalho social com procedimentos realizados desde os primeiros passos do processo de intervenção - período denominado de Pré Morar, até o estágio posterior, denominado de Pós Morar, que corresponde ao período que se inicia com a ocupação das unidades habitacionais produzidas e/ou apropriação pelas famílias beneficiárias dos novos serviços e equipamentos implantados no território em função da intervenção urbana ali realizada.

Conforme diretrizes da Política Municipal de Habitação, todas as ações pressupõem a Mobilização e participação das famílias beneficiárias assim como o acompanhamento social visando apoiar sua organização e viabilizar o atendimento de demandas pelos órgãos Responsáveis por políticas sociais, em especial as relacionadas com serviços públicos de saúde e educação, assistência social básica e programas de estímulo à geração de emprego e renda.

O trabalho social busca acompanhar e prestar informações às famílias em todas as fases da intervenção física de forma a instrumentalizá-la para participação, prepará-las para a vida em condomínio, dar suporte à sua adaptação a nova forma de morar e condições de vida, à apropriação dos espaços e equipamentos coletivos, auxiliando e apoiando o desenvolvimento comunitário, por meio de um conjunto de ações que visa promover a autonomia, o protagonismo social e o desenvolvimento da população beneficiária.

Traduz-se em importante estratégia de integração das políticas públicas, visando a soma de esforços públicos na melhoria da qualidade de vida das populações atendidas.

Cabe ressaltar que é fundamental o suporte social às famílias de baixa renda, considerando que são dependentes dos serviços públicos, apresentam vulnerabilidade socioeconômica e convivem com um processo de exclusão territorial sendo, portanto, o projeto técnico social, um item obrigatório nos programas de subsídio habitacional voltados para a população de baixa renda geridos pelo Ministério das Cidades e executados pelo município de Belo Horizonte.

Por fim, a presente proposta de PTTS se justifica, também, por se adequar ao porte e à complexidade da intervenção, à realidade socioeconômica, política, ambiental e cultural das comunidades instaladas no Aglomerado Santa Lúcia e, ainda, por ser o instrumento técnico estruturador dos cinco eixos norteadores das ações a serem implementadas, seguindo-se as orientações contidas no Caderno de Orientação Técnico Social (COTS) da Caixa Econômica Federal: mobilização e comunicação; participação comunitária e desenvolvimento sócioorganizativo; empreendedorismo; educação ambiental, sanitária e patrimonial; remoção e reassentamento, conforme detalhamento disposto no item Metodologia.

4 OBJETIVOS

Objetivo Geral

A presente proposta de intervenção técnica social tem como objetivo geral viabilizar canais de interlocução, participação, mobilização e desenvolvimento comunitário junto às famílias

envolvidas, acompanhando e dando suporte antes, durante e depois da intervenção física a ser implementada no Aglomerado Santa Lúcia, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida daquela população, afirmação da cidadania e fortalecimento do controle social frente as mudanças urbanísticas e sociais vivenciadas naquele território.

Objetivos Específicos

Para o alcance do objetivo geral preveem-se os seguintes objetivos específicos a serem alcançados por meio de ações desenvolvidas junto à comunidade:

- . garantir condições para o exercício da participação comunitária em todas as etapas da intervenção – física e social, em consonância com realidade local;
- . desenvolver processos participativos e organizativos junto à população
- . prestar informações sobre a intervenção integrada – física, ambiental e social;
- . criar/fortalecer canais de interlocução com o poder público, bem como formatos associativos de representação;
- . promover a interação com demais programas e projetos sociais afetos à intervenção urbana e ao desenvolvimento comunitário no âmbito público, privado e terceiro setor;
- . estabelecer e/ou fomentar parcerias institucionais que visem potencializar a intervenção social;
- . fomentar a capacitação lideranças comunitárias;
- . capacitar os moradores para a gestão condominial;
- . diagnosticar potencialidades vocacionais e demandas de mercado locais;
- . viabilizar meios para aprimoramento da capacitação profissional e a melhoria de renda;
- . disseminar conceitos e práticas de educação sanitária, ambiental e patrimonial;
- . viabilizar canais de discussão e reflexão junto às famílias sobre a mudança de vida, de hábitos e comportamentos em função das alterações ocorridas no território;
- . auxiliar a compreensão e valorização da nova condição de habitabilidade, a apropriação e manutenção dos espaços e equipamentos coletivos e ;
- . discutir, organizar e acompanhar o processo de remoção e reassentamento com as famílias envolvidas;
- . promover o monitoramento e a avaliação da intervenção física e social juntamente com a comunidade;
- . estimular o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e destes com o entorno.

5 METODOLOGIA

As ações do trabalho técnico social serão desenvolvidas de forma integrada ao projeto de intervenção física – antes durante e após a conclusão das obras, privilegiando-se o enfoque interdisciplinar, as dinâmicas de grupo, a educação popular, de forma adequada à realidade e dinâmicas presentes, estimulando as potencialidades locais e trabalhando os pontos a desenvolver diagnosticados na comunidade.

Tendo em vista o atendimento aos objetivos estabelecidos e levando-se em consideração as diretrizes estabelecidas no COTS, a intervenção técnico-social encontra-se amparada em cinco eixos estruturantes a saber:

- **Mobilização e Comunicação**

A concepção de mobilização adotada vai além da usualmente utilizada na qual o termo é reduzido a um mero processo de repasse de informações. A presente proposta utiliza a perspectiva de que, “ *mobilização é a convocação de vontades para atuar na busca de um propósito comum sob uma interpretação e um sentido compartilhado*”.(TORO, 2005)

- **Participação Comunitária e Desenvolvimento Socio-organizativo**

Criar canais de participação e de incentivo ao desenvolvimento comunitário sócio-organizativo no território são requisitos fundamentais do trabalho social, uma vez que possibilitam o exercício da cidadania e ampliam a inclusão social. Somente a população atuante é capaz de buscar alternativas adequadas à satisfação de seus interesses e necessidades, gerenciar com eficácia a vida coletiva, se apropriar dos bens e serviços implantados e cuidar para a sua manutenção, enfim, alcançar a melhoria da qualidade de vida.

- **Empreendedorismo**

As ações que integram este eixo estão direcionadas ao desenvolvimento de atividades fomentadoras da geração de trabalho e renda e da capacitação profissional dos beneficiários, notadamente daqueles que serão reassentados nos prédios residenciais, onde terão novos gastos com as despesas condominiais, bem como os pequenos comerciantes locais que perderam sua fonte de renda com a remoção das unidades produtivas em razão da intervenção na área.

- **Educação**

O eixo educação encontra-se amparado na visão holística que considera a integração homem-meio ambiente. Assim, têm-se como abordagens principais as temáticas ambiental, saúde, patrimonial e a mobilidade urbana, adotando-se, para tanto, métodos da educação popular, acreditando que educar é trocar conhecimentos, experiências, fomentar potencialidades e buscar superar as carências verificadas.

- **Remoção e Reassentamento**

O processo de remoção e reassentamento requer o planejamento e execução de ações encadeadas que visem o acompanhamento e o suporte sócio-organizativo das famílias que serão deslocadas da área de intervenção física e de risco. Deve-se, para tanto, assegurar a participação dos envolvidos em todas as etapas do processo, utilizando-se de mecanismos adequados de informação, consulta e participação das decisões.

De maneira a propiciar o melhor entendimento dos eixos mencionados apresentamos o detalhamento a seguir especificado:

EIXOS MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO, PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ORGANIZATIVO, REMOÇÃO E REASSENTAMENTO

O trabalho social será direcionado para toda a população atingida pela intervenção, visto que os impactos gerados afetarão a comunidade na sua totalidade bem como o entorno da área, adotando-se como base metodologias recorrentemente utilizadas pela URBEL em outros empreendimentos similares, com resultados positivos.

A metodologia prevista será desenvolvida levando-se em consideração os seguintes propósitos que deverão nortear todas as fases do trabalho, conforme a seguir explicitadas:

- garantir o acesso a informações relativas a todas as fases do empreendimento - projeto executivo das obras, remoção e reassentamento das famílias, bem como o **PTTS**, seja através de reuniões com toda a comunidade ou através da capacitação e realização de reuniões temáticas com grupos de referências, membros das associações e grupos

- comunitários atuantes no território;
- disponibilizar canais de participação das famílias possibilitando a discussão e decisão conjunta das alternativas apresentadas;
 - fomentar a consolidação das bases organizacionais e associativas presentes na comunidade;
 - incentivar e assessorar a formação de grupos de interesse das temáticas trabalhadas;
 - criar mecanismos visando a apropriação, por parte da população atingida, de seu novo espaço habitacional;
 - consolidar canais de comunicação entre o poder público e a população afetada, a fim de garantir o constante fluxo de informações, possibilitando o andamento do processo e o alcance dos objetivos propostos;
 - consolidar parcerias institucionais de forma a potencializar as ações empreendidas no território;
 - acompanhar a realocação das famílias de acordo com o cronograma de implantação do Programa;
 - preparar a população para a adaptação ao novo espaço de moradia, dotado de novos padrões urbanísticos e habitacionais, orientando-a para a correta utilização dos serviços implantados, a integração com o entorno, bem como para convivência e gestão condominial.

Fases do trabalho

A mobilização e comunicação social se dará em três fases:

1. Divulgação da implantação do empreendimento;
2. Mobilização para as atividades do **PTTS**;
3. Acompanhamento do processo de remoção, indenização e realocação de famílias.

A **fase 1 - Divulgação da Implantação do Empreendimento**, caracteriza-se pelo conhecimento das propostas de intervenção – física e social por parte da equipe social, pelo reconhecimento da área e projetos diversos existentes na área, planejamento do trabalho, além das informações atualizadas sobre o empreendimento para a população da área.

Atividades a serem desenvolvidas nesta fase:

- sistematização das informações e diagnósticos da comunidade com base em dados secundários que serão fornecidos pela **SMOBI /URBEL**;
- realização de reuniões com a **SMOBI /URBEL** e Regional Centro-Sul;
- mapeamento dos meios de comunicação da comunidade;
- realização de visitas aos locais da intervenção, juntamente com técnicos da **URBEL** e Regional Centro-Sul;
- estabelecimento de contatos com as associações, grupos, lideranças comunitárias, representantes de equipamentos comunitários, outros segmentos atuantes na comunidade e demais envolvidos;
- implantação de estratégia para disseminação da informação na comunidade, tanto em reuniões setoriais como através de informativos de “entrada na área”;
- elaboração de instrumentos específicos de comunicação social (informativos, faixas, painéis, banners etc.), sob a Supervisão da **SMOBI/URBEL**;
- realização de evento de lançamento da obra, onde serão expostos os objetivos da intervenção, o plano de execução, os cuidados com a segurança nas áreas em obras,

- além de apresentar as empresas responsáveis pela execução das obras;
- mobilização “porta a porta” para divulgar as atividades e o andamento das obras;
 - montagem de esquetes teatrais nas escolas e nos eventos culturais, retratando as intervenções locais;
 - realização de caminhadas no trecho de obra (“*travessia*”) juntamente com equipes técnicas - obras e social, membros de núcleos, dos Grupos de Referência, lideranças comunitárias, representantes da Regional Centro-Sul, da URBEL e outros órgãos envolvidos para acompanhamento e reconhecimento da intervenção em andamento.

A fase 2 - Mobilização Para as Atividades do PTTS caracteriza-se pelas ações de consolidação do congelamento da área com a selagem das unidades a serem removidas, delimitação do público-alvo, início do trabalho informativo em relação ao reassentamento, das alternativas previstas, montagem dos grupos de interesse e planejamento das atividades educativas e de desenvolvimento sócio-organizativo em conjunto com os membros dos núcleos e centros de referência existentes.

Trata-se de fase de grande significado, durante a qual será trabalhado junto às famílias e lideranças o sentido e as necessidades das intervenções a serem implementadas no território, os impactos sociais decorrentes, a importância do acompanhamento e da apropriação pela comunidade, bem como da gestão dos novos espaços.

O trabalho será realizado por meio de ações sócio-educativas envolvendo toda a comunidade, estimulando as manifestações e fortalecendo a rede de relações sociais internas e externas - base da identidade coletiva, visando, ainda, apoiar as ações de Controle Urbano com a participação direta da equipe técnica nos processos de negociação junto a pessoas ou grupos, decorrentes da premente necessidade de se manterem liberadas as áreas públicas, destinadas à consecução das obras.

Nesta fase acontece também a implantação do Plantão Social na comunidade para atendimento permanente à população local, trabalhadores da obra e entorno.

Funcionará como uma central de atendimento durante todo o período anterior e durante a execução das obras, tendo como principais objetivos: estabelecer fluxos de comunicação entre comunidade, famílias afetadas pelos processos de remoção e reassentamento involuntários e unidade de gestão local; prestar informação adequada e de qualidade a todos os atores envolvidos nas ações do empreendimento; dar suporte às ações de mobilização e divulgação das ações.

Iniciam-se, também nesta fase, as ações visando a articulação das políticas públicas para o atendimento à população afetada, a divulgação de medidas de segurança e sinalização em virtude das obras e controle do trânsito local.

De forma a subsidiar as ações a serem implementadas nesta segunda etapa será realizado o Cadastro Sócio-Econômico das famílias envolvidas na intervenção, buscando-se dados primários conforme diretrizes da URBEL, constituindo-se da identificação dos domicílios e famílias a serem removidas (“selagem”); aplicação de questionários para levantamento do perfil sócio-econômico das famílias e negócios afetados dentro dos limites da área de influência da poligonal da intervenção, após a selagem dos imóveis; elaboração de Banco de Dados. Esta ação de selagem dos imóveis já encontra-se em andamento e resultará no Diagnóstico Socioeconômico Integrado.

Atividades a serem executadas:

- planejar, juntamente com a URBEL o plano de trabalho do cadastramento das famílias/imóveis;
- fazer o reconhecimento da área definida para tal fim, em parceria com técnicos da URBEL, visando ajustes que se fizerem necessários;

- realizar o cadastramento socioeconômico de todos os domicílios e famílias afetadas dentro da área indicada, salvo:
 - ✓ recusa do morador;
 - ✓ situações que coloquem em risco a integridade física do entrevistador;
 - ✓ domicílio fechado, caso em que o entrevistador deverá voltar, até 03 (três) vezes, em horários e dias alternados para a confirmação da ocupação do domicílio, deixando comunicação por escrito do dia e hora do retorno para o morador e articulação com Regional Centro-Sul, núcleos comunitários e lideranças da região;
- dar ampla divulgação do cadastramento a ser desenvolvido por meio de reuniões com os núcleos, lideranças e assembleias com as famílias envolvidas;
- executar os serviços de acordo com as instruções contidas no Manual de Cadastro elaborado pela URBEL a ser fornecido após ordem de serviço;
- emitir relatório de cadastramento, contendo as observações que se fizerem necessárias sobre o trabalho de campo e de acordo com orientações da URBEL;
- confeccionar Banco de Dados do cadastramento realizado;
- elaborar Diagnóstico Socioeconômico Integrado.

A fase 3 - **Acompanhamento do Processo de Indenização e Reassentamento de Famílias** caracteriza-se pelo acompanhamento das ações de indenização, realocação/ mudança e adaptação das famílias na nova moradia.

Seguindo-se as diretrizes da Política Municipal de Habitação para atendimento às famílias em processo de remoção e reassentamento em vilas e favelas serão aprofundadas as discussões com a população envolvida sobre as modalidades de reassentamento previstas, quais sejam:

- **Reassentamento**, nos conjuntos habitacionais que serão construídos nas proximidades da área de intervenção, de forma a repor às famílias as moradia removidas;
- **Reassentamento Autônomo**, definido para as desapropriações de imóveis (terreno e benfeitorias) devidamente documentados e indenizações de benfeitorias acima do valor preestabelecido e localizadas em áreas públicas. Trata-se de situações em que as famílias estão em condições de repor sua habitação através do mercado imobiliário, com o recurso recebido;
- **Reassentamento Monitorado**, modalidade em que a família afetada/beneficiária é indenizada pela benfeitoria recebendo outra moradia à sua escolha de valor até o teto previsto pelo PROAS¹⁰, as quais são avaliadas e têm suas condições vistoriadas por técnicos da URBEL. Estas famílias são monitoradas no processo de aquisição da nova moradia.

De forma a subsidiar as ações a serem implementadas nesta etapa será realizado o **Cadastro Técnico de Remoção** das famílias envolvidas em deslocamentos, seguindo-se diretrizes da URBEL.

A elaboração deste cadastro técnico compreende vistorias para avaliação de todos os imóveis afetados pelas obras de implantação (imóveis de origem), mais os imóveis escolhidos pelas famílias para nova residência (imóvel de destino) - famílias que não irão para os conjuntos habitacionais construídos. Além das vistorias para avaliação de origem e destino serão realizadas vistorias de imóveis indicados para o Bolsa Moradia (aluguel temporário).

Os cadastros técnicos serão elaborados de acordo com as etapas da obra, por meio das seguintes atividades a serem executadas:

- mobilização das famílias a serem reassentadas, para reunião preparatória;

¹⁰ O Programa de Remoção e Reassentamento em Função de Obras Públicas – PROAS: foi criado em 1998¹⁰ com o objetivo de executar o reassentamento de famílias afetadas tanto por obras públicas quanto por situações de risco geológico – geotécnico, estabelecendo subsídios para aquisição de moradias para famílias cuja avaliação de imóvel de origem seja inferior ao valor referenciado no Decreto 11310 (R\$ 40.000,00) e que atendem aos critérios estabelecidos no Artigo 2º da Lei 7.597.

- realização de reuniões informativas sobre realização de Cadastro Técnico;
- cadastramento das famílias para identificação dos moradores;
- cadastramento técnico para avaliação dos imóveis afetados (imóvel de origem);
- informação a cada família sobre o valor da avaliação do imóvel de origem;
- orientação e apoio técnico ao morador na procura de outro imóvel;
- cadastramento técnico para a avaliação e aprovação do imóvel escolhido (imóvel de destino);
- realização de registro fotográfico do imóvel de destino;
- aprovação pela URBEL do imóvel de destino;
- acompanhamento do pagamento e compra do imóvel de destino;
- acompanhamento da mudança para a nova residência.

CADASTRO TÉCNICO DE REMOÇÃO		
NORMATIVAS / PROCEDIMENTOS	DIRETRIZES METODOLÓGICAS	ATIVIDADES PRINCIPAIS PREVISTAS
<ul style="list-style-type: none"> . COTS/Caixa Econômica Federal; . Procedimentos para Identificação Cadastral de Domicílios; Cadastros Socioeconômicos e avaliações; . Sistema Geral de Dados de Beneficiários – SGDBB; . Manual do Cadastrador, fornecido pela URBEL; . Procedimentos Internos URBEL para efetivação de pagamento de benfeitoria e de reassentamento; . Decreto Municipal 14.850 de 10/11/2011; . Decreto Municipal 14.851 de 10/11/2011; . Modelos de formulários repassados pela URBEL. 	<ul style="list-style-type: none"> . gestão compartilhada e de proximidade; . suporte às intervenções físicas; . promoção da participação Comunitária. 	<ul style="list-style-type: none"> . elaboração de Cadastro Técnico para fins de remoção, com identificação numérica e arquivo fotográfico; . realização de Cadastro Socioeconômico das famílias, com aplicação de questionários; . realização de reuniões informativas sobre os cadastros a serem efetuados; . realização de avaliações de domicílios de origem para fins de Reassentamento Monitorado e para programa Bolsa Moradia – BM; . montagem de Processos de Remoção e Reassentamento (com juntada de documentos); . atendimento às famílias para revisão de avaliação de origem, quando solicitado; . realização de Revisões de Avaliação de Origem, quando for o caso; . realização de reuniões Informativas sobre o Cadastro Técnico; . elaboração de Banco de Dados com Informações processuais de Remoção e reassentamento; . emissão de Laudos Técnicos de Avaliação: origem BM e Reassentamento Monitorado.

Além do apoio técnico na área física, será oferecido acompanhamento social às famílias envolvidas em todas as fases do processo, realizado de forma individualizada, procurando tratar as peculiaridades e dificuldades de cada caso, esclarecendo dúvidas e fazendo os encaminhamentos necessários.

O atendimento inclui, também, intermediação na negociação de valores, produção de documentação para a compra de imóveis, organização e auxílio à mudança e mudança propriamente dita.

Concluída a negociação, a família deverá liberar o imóvel de origem para procedimentos de demolição, sendo de responsabilidade da equipe social o acompanhamento técnico necessário para a realização da mudança da família e de seus pertences pessoais, disponibilizando o transporte pessoal para viabilizá-las, exceto o transporte dos pertences que deverá ser fornecido pela empreiteira executora das intervenções físicas.

Todo o processo de remoção de reassentamento, envolvendo famílias a serem indenizadas e/ou relocadas, estará amparado em plano de ação discutido com as famílias envolvidas de forma a minimizar os conflitos e transtornos advindos deste tipo de ação e garantir a sustentabilidade das intervenções.

Estarão presentes neste processo atividades que visem o preparo das famílias para o recebimento e utilização das benfeitorias resultantes das intervenções de reestruturação urbanístico-ambiental e as novas unidades habitacionais.

Da mesma forma, a discussão e formalização de regras de convivência - Regimento Interno e Convenção de Condomínio junto às famílias reassentadas nos conjuntos habitacionais construídos, bem como a capacitação para a gestão condominial, incluindo o controle de despesas financeiras e noções do trabalho com grupos.

Instrumentos específicos de comunicação social (informativos, faixas, painéis, banners etc.), referentes às ações desta fase também serão elaborados, sob a Supervisão da SMOBI/URBEL.

As ações desta fase constituem o **Plano de Gestão Local (PGL)**, por meio do qual são estabelecidas ações de fortalecimento das bases participativas e de gestão compartilhada no território objeto da intervenção.

PLANO DE AÇÃO GESTÃO LOCAL - PGL		
NORMATIVAS / PROCEDIMENTOS	DIRETRIZES METODOLÓGICAS	ATIVIDADES PRINCIPAIS PREVISTAS
<ul style="list-style-type: none"> . COTS/Caixa Econômica Federal; . Lei Municipal nº 9.959 de 20/07/10; . Lei Municipal nº 7.165 de 1996; . Lei Municipal nº 7.166 de 1996; . Política Municipal de Habitação. 	<ul style="list-style-type: none"> . Promoção da participação comunitária; . respeito e valorização das lideranças, das dinâmicas e do conhecimento locais; . intersetorialidade das Políticas Públicas; . gestão compartilhada e de proximidade; . interdisciplinaridade considerando diferentes saberes; . interação entre projetos físico e social; . suporte às intervenções físicas. 	<ul style="list-style-type: none"> . Formação e Acompanhamento de Grupo de Gestão Local - GGL; . realização de Reuniões Periódicas do GGL; . realização de Oficinas de Capacitação para o GGL; . realização de Reuniões Temáticas com GGL; . realização de Visitas Técnicas Orientadas com o GGL; . realização de Seminários de Avaliação das ações do PPTS; . realização de Reuniões Setoriais com as famílias e comerciantes afetados pelo processo de remoção e população do entorno

O **Plano de Mobilização e Comunicação Social (PMC)** norteará os diversos processos informativos e de mobilização de todos os atores implicados com os objetivos e metas da intervenção física e social.

PLANO DE AÇÃO MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL (PMC)		
NORMATIVAS / PROCEDIMENTOS	DIRETRIZES METODOLÓGICAS	ATIVIDADES PRINCIPAIS PREVISTAS
<ul style="list-style-type: none"> . COTS/Caixa Econômica Federal; . instrução para elaboração de material gráfico URBEL; . fluxos internos / aprovação de material de comunicação URBEL. 	<ul style="list-style-type: none"> . Promoção da participação comunitária; . intersetorialidade das políticas públicas; . suporte às intervenções físicas; . consideração do saber popular; . interdisciplinaridade considerando diferentes saberes; . ênfase da efetivação de parcerias; . gestão compartilhada e de proximidade; . promoção da sustentabilidade das ações. 	<ul style="list-style-type: none"> . Realização de reuniões de caráter informativo, com setores da população afetada e entorno imediato; . confecção, reprodução e distribuição de materiais gráficos; . filmagem e edição de vídeos; . produção de informativos institucionais; . confecção de material de divulgação do Grupo de Gestão Local; . realização de eventos diversos; . implantação de Plantão Social de atendimento; . implementação dos processos de comunicação com a comunidade; . participação em reuniões com a rede de parceiros e colaboradores.

A fase 4 - **Acompanhamento das Famílias Reassentadas (Pós-morar)**, caracteriza-se pelo

acompanhamento social das famílias reassentadas nos novos espaços de moradia - conjuntos habitacionais construídos, prolongando-se por mais seis meses após a conclusão das obras.

Serão desenvolvidas atividades que visem estimular o fortalecimento de laços de convivência, a mediação de conflitos, a apropriação e manutenção do novo espaço habitacional, demais obras e serviços implantados, o incremento da organização condominial, a autonomia e emancipação dos grupos, bem como o encaminhamento de demandas sociais da população, potencialmente onde for detectada maior vulnerabilidade social das famílias.

Nesta última fase serão incrementadas atividades educativas, culturais, de saúde, esporte e lazer, articuladas com outros programas sociais desenvolvidos pela município e/ou por parceiros institucionais.

E, ainda, reuniões periódicas com as famílias reassentadas e plantões semanais nos conjuntos habitacionais, encontros com lideranças comunitárias locais e do entorno, com representantes de equipamentos sociais e comunitários, Regional Centro-Sul e demais órgãos/parceiros envolvidos, de maneira a monitorar e avaliar o processo de adaptação das famílias.

Após esta última fase será realizada a pesquisa pós-ocupação/satisfação implementada junto a população envolvida na intervenção, seguindo-se a Matriz de Indicadores de Resultados e de Qualidade instituída pelo MCidades.

Instrumentos específicos de comunicação social (informativos, faixas, painéis, banners, etc), referentes às ações desta fase também serão elaborados, sob a Supervisão da **SMOBI/URBEL**. Os normativos/procedimentos, diretrizes metodológicas e atividades principais previstas para esta fase constituem o **Plano de Remoção e Reassentamento (PRR)**, de forma a nortear o trabalho social e garantir o adequado acompanhamento técnico das famílias e comerciantes afetados pelos processos de obras, desde antes das remoções até a conclusão dos reassentamentos definitivos, incluindo os períodos de abrigo provisório (Programa Bolsa Moradia), bem como a formação e acompanhamento de condomínios, períodos conhecidos como “pré e pós morar”.

PLANO DE REMOÇÃO E REASSENTAMENTO (PRR)

NORMATIVAS / PROCEDIMENTOS	DIRETRIZES METODOLÓGICAS	ATIVIDADES PRINCIPAIS PREVISTAS
<ul style="list-style-type: none"> . COTS / Caixa Econômica Federal; . Política Municipal de Habitação / PROAS; . Decreto Municipal 14.850 de 06/03/12; . Decreto Municipal 14.641 de 10/11/11; . Manual de Remoção e Reassentamento /URBEL . Resoluções pertinentes do Conselho Municipal de Habitação; . Diretrizes do PEAR e Controle Urbano; . Declarações e Termos afetos ao tema – URBEL. 	<ul style="list-style-type: none"> . promoção da participação dos atores envolvidos; . acompanhamento social sistemático e efetivo durante todo o processo de intervenção e pós-obra; . suporte às intervenções físicas; . conformidade com cronograma de obras; . apoio às ações do PEAR e do Controle Urbano; . gestão compartilhada e de Proximidade; . promoção da sustentabilidade das ações; . minimização dos impactos negativos inerentes ao reassentamento involuntário de famílias e comerciantes. . incremento de atividades educativas, culturais, de saúde, esporte e lazer; . articulação de políticas sociais públicas e privadas. 	<ul style="list-style-type: none"> . prestar acompanhamento social sistemático às famílias durante toda a fase Pré-Morar, por meio de reuniões, assembleias, encontros, Plantão Social e eventos diversos visando manter canais de interlocução e informação com o coletivo, bem como a mediação de conflitos; . elaborar e divulgar cronograma de atividades; . apresentar as alternativas de reassentamento e medidas compensatórias, promovendo a discussão com as famílias e comerciantes envolvidos; . realizar todos os processos de negociação com os grupos envolvidos, referidos ao PRR; . realizar encontros com lideranças comunitárias locais e do entorno, representantes de equipamentos sociais e comunitários, Regional Centro-Sul e demais órgãos/parceiros envolvidos, de maneira a potencializar as ações, monitorar e avaliar o processo de remoção e reassentamento das famílias; . promover a articulação de programas e projetos sociais públicos e privadas no território; . realizar atividades educativas, culturais, de saúde, esporte e lazer; . manter acompanhamento social e encaminhamento de demandas do PEAR e do Controle Urbano; . apoiar as famílias durante o processo de mudança; . promover a formação de condomínios e a capacitação de síndicos; . elaborar regras de convivência (Regimento

		<p>Interno) e Convenção de Condomínio com a participação das famílias a serem reassentadas nos conjuntos;</p> <ul style="list-style-type: none"> . orientar sobre cálculo das despesas para estipulação de taxas condominiais e para prestações de contas; . acompanhar as famílias na fase Pós- Morar, apoiando a consolidação da nova vida coletiva condominial, por meio de reuniões, assembleias, encontros, plantões e eventos visando: <ul style="list-style-type: none"> .. manter o canal de interlocução e informação com o coletivo; .. estimular o fortalecimento de laços de convivência; .. a mediação de conflitos; .. a apropriação e manutenção do novo espaço habitacional, demais obras e serviços implantados; .. o incremento da organização condominial, a autonomia e fortalecimento dos grupos; .. o conhecimento e encaminhamento de demandas sociais da população, potencialmente onde for detectada maior vulnerabilidade social das famílias; . proceder a remoção e o reassento de famílias, localizadas em trecho de obras; . efetuar encaminhamento de famílias para realocação por meio do Reassentamento Monitorado; . proceder a efetivação dos processos de indenizações de domicílios; . implementar os processos de inclusão de famílias no Programa Bolsa Moradia; . acompanhamento do <i>CADUNICO</i> ; . atualização/adequação do PRR, no que for necessário considerando as dinâmicas e situações locais apresentadas ao longo da intervenção.
--	--	---

EIXO EDUCAÇÃO

Segundo ROMÉRO et al, 1999:

“O ato de morar demanda um esforço considerável em termos de se adquirir, na prática, uma educação social e ambiental, pedindo mudanças de comportamento em prol da construção de uma comunidade em que cada membro usufrua das vantagens oferecidas em seu conjunto habitacional e ao mesmo tempo, contribua para a manutenção das qualidades ambientais de seu entorno, criando sua própria cultura”.

Assim a educação pode ser vista como um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência de si e do meio onde vivem, adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir – individual e coletivamente, de forma a mudar a realidade e construir bases para um futuro diferente e melhor – conforme nos ensina o mestre da educação popular, Paulo Freire: “*ver, julgar e agir*”.

Deve colaborar para a formação de uma consciência coletiva voltada principalmente para os problemas locais, contribuindo para que os grupos sociais e indivíduos ampliem suas experiências, sua compreensão do meio, dos seus problemas e, possam ainda, participar ativamente da solução dos mesmos, visando à promoção da melhoria de sua qualidade de vida. Neste processo é fundamental que a linguagem seja adequada ao público envolvido, propiciando a fácil compreensão e estímulo a participação.

Deste modo as ações que norteiam este eixo se baseiam na identificação da realidade local, fraquezas e potencialidades, necessidades e demandas, sobretudo no que se refere aos aspectos ambientais, sanitários, educacionais e de mobilidade urbana, o que requer o levantamento de

dados a fim de se obter um diagnóstico da situação local e elaboração de plano de ação. Neste eixo são reforçadas ações de educação sanitária e ambiental, razão pela qual denomina-se o Plano de Educação Sanitária e Ambiental, embora compreenda outras temáticas.

Assim, dentre as ações voltadas para a temática sanitária e ambiental, prevê-se:

- identificação e fortalecimento de grupos com iniciativas locais que contribuam com a melhoria do meio ambiente;
- desenvolvimento de atividades diversas junto à comunidade direcionadas para a sensibilização e mudança de hábitos, costumes e atitudes em relação às questões afetas aos cuidados com a saúde e o meio ambiente;
- fomento à constituição de grupos para conservação de áreas verdes e multiplicação da educação ambiental;
- estabelecimento de parcerias com programas e projetos de políticas públicas afetas aos temas trabalhados neste eixo, de forma a potencializar as ações;
- destaque para o trabalho junto às escolas locais e do entorno, visto serem principais agentes educacionais;
- realização de campanhas com a participação da comunidade para a limpeza urbana e plantio de mudas de árvores na área de intervenção, no entorno e junto aos conjuntos habitacionais construídos.

No que tange à mobilidade urbana, que pode ser entendida como conjunto de deslocamentos de pessoas e bens, com base nos desejos e necessidades de acesso ao espaço urbano a pé ou por meio da utilização dos diversos modos de transporte.

O trânsito e a mobilidade urbana é hoje um dos maiores problemas enfrentados pelos moradores dos grandes centros urbanos. Tanto com respeito à circulação, quanto à segurança no trânsito.

Neste contexto as ações deste eixo relacionadas a esta temática visam priorizar as atividades voltadas para a orientação básica sobre legislação e regras de trânsito e mobilidade urbana, junto à comunidade, escolas locais e do entorno, bem como nos novos condomínios a serem implantados.

Serão priorizadas também as orientações aos moradores a respeito das mudanças no trânsito local devido às obras e reconfiguração viária devido a abertura de novas vias.

As ações serão realizadas lançando mão de estratégias diversas, tais como palestras, oficinas, esquetes teatrais, divulgação de material educativo e vídeos.

Outra temática a ser abordada neste eixo - Educação Patrimonial, pode ser entendida como um processo constante de ensino/aprendizagem que tem como foco central a relação indivíduo/coletivos e o patrimônio físico edificado.

As ações implicadas nesta temática visam identificar a situação presente apresentada na comunidade e trabalhar com os grupos envolvidos as noções do patrimônio edificado – novos e antigos/presentes e futuros, a necessidade de sua apropriação, cuidado, manutenção e preservação para o uso familiar e coletivo.

Têm-se como foco principal a manutenção e sustentabilidade das intervenções físicas implantadas no território.

Assim, prevê-se o desenvolvimento de atividades que têm como objetivo fazer a abordagem reflexiva e ativa destes conteúdos junto aos grupos envolvidos, considerando a realidade local e o perfil sócio-econômico e cultural da população, por meio de técnicas e dinâmicas de grupo como “mapas falados”, “travessia”, bem como visitas orientadas, palestras, oficinas e esquetes teatrais.

De forma a nortear o trabalho social, os normativos/procedimentos, diretrizes metodológicas e atividades principais previstas para este eixo constituem o plano denominado **PLANO DE EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL**.

PLANO DE EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL		
NORMATIVAS / PROCEDIMENTOS	DIRETRIZES METODOLÓGICAS	ATIVIDADES PRINCIPAIS PREVISTAS
<ul style="list-style-type: none"> . COTS/Caixa Econômica Federal; . Caderno Metodológico para Ações de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento, do Ministério das Cidades; . Resoluções do Conselho Municipal de Meio Ambiente –COMAM; . Resoluções do Conselho Municipal de Saneamento-COMURSA. 	<ul style="list-style-type: none"> . Promoção da participação comunitária; . respeito e valorização das dinâmicas e do conhecimento locais; . intersetorialidade com programas de saúde, zoonoses, meio ambiente, limpeza urbana, Educação, e mobilidade urbana; . interdisciplinaridade considerando diferentes saberes; . suporte às intervenções físicas; . promoção da sustentabilidade das ações; . ênfase na efetivação de parcerias. 	<ul style="list-style-type: none"> . Realização de diagnóstico socioambiental participativo do território; . realização de campanhas, oficinas e cursos temático referidos às necessidades socioeducativas verificadas na comunidade, aplicáveis a diferentes públicos; . elaboração de mapas georreferenciados, a partir do diagnóstico socioambiental ; . mapeamento de principais parcerias com elaboração de catálogo de parceiros; . mapeamento de programas e projetos de demais políticas públicas pertinentes, municipais e estadual, a serem levadas para o território neste segmento tais como saúde, meio ambiente, cultura, educação mobilidade urbana, etc; . identificação de moradores envolvidos com atividade de coleta de material reciclável no território visando apoio na organização da atividade de forma associativa/cooperativa na região (<i>foco na preservação ambiental e geração de renda</i>); . elaboração de plano de ação juntamente com os grupos envolvidos e divulgação na comunidade; . formação de Agentes Ambientais; . realização de campanhas com a participação da comunidade para a limpeza urbana e plantio de mudas de árvores na área de intervenção, no entorno e junto aos conjuntos habitacionais construídos; . realização de visitas externas orientadas para observação <i>in loco</i> de determinado tema trabalhado bem como conhecimento de experiências externas ao território; . apoio às ações do programa "escola integrada"; . divulgação de cronograma de atividades . atualização de plano de educação socioambiental.

EIXO EMPREENDEDORISMO

As estratégias de geração de trabalho e renda a serem implementadas junto à comunidade envolvida na intervenção devem contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico das famílias reassentadas e a sustentabilidade do empreendimento, por meio da oferta de ativos capazes de ampliar suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, o enfrentamento e superação da condição de vulnerabilidade.

A implantação das obras, por si só, irá promover a geração de oportunidades de trabalho quando será criado um grande número de vagas favorecendo a contratação de mão-de-obra local. Entretanto, outras estratégias devem ser pensadas e implementadas, de forma a potencializar os resultados deste eixo.

O que se pretende é a articulação de parcerias institucionais, técnicas e comerciais visando a estruturação de uma rede de proteção social e material, por meio da geração de trabalho e renda, para o que propomos um conjunto de ações a serem realizadas em três etapas consecutivas, a saber:

1. análise do Diagnóstico Sócio-econômico das famílias;
2. elaboração de Diagnóstico Vocacional e Potencialidades de Mercado;
3. elaboração e implementação de um Plano de Geração de Renda.

Etapa 1

De maneira a se ampliar as oportunidades de emprego e renda das famílias e se definir as ações em consonância com a realidade local é de fundamental importância conhecer e analisar o perfil sócio-econômico dos chefes de família, considerando as situações presentes em relação às variáveis de gênero, faixa etária, escolaridade, renda, qualificação profissional e situação no mercado de trabalho, dentre outras.

Etapa 2

Necessário se faz apurar as iniciativas produtivas existentes no território e no entorno - pequenos produtores, profissionais autônomos e prestadores de serviço e identificar as potencialidades vocacionais presentes de forma a propor encaminhamentos que potencializem as atividades de renda já realizadas por essas pessoas.

Por outro lado, deve-se mapear demandas do mercado que possam viabilizar a inclusão produtiva geradora de trabalho e renda em estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços localizados no entorno dos residenciais.

Acrescente-se a necessidade de identificar parceiros potenciais para a capacitação profissional e geração de trabalho e renda, além de mapear programas neste segmento implementados pela prefeitura que possam ser levadas para o território.

Ao final, estas ações deverão resultar na elaboração do Diagnóstico Vocacional e Potencialidades de Mercado, o qual deverá ser apresentado à comunidade para conhecimento e participação do plano de ação a ser elaborado conjuntamente na etapa Seguinte.

Etapa 3

A partir do Diagnóstico Vocacional e Mapeamento de Oportunidades deverá ser elaborado e implementado o Plano de Geração de Trabalho e Renda - PGR de forma participativa, elencando as estratégias de ação, as atividades, prazos, logística necessária e responsabilidades, direcionando e viabilizando os encaminhamentos necessários à implementação das alternativas elencadas para valorizar e ampliar as perspectivas de trabalho e renda das famílias envolvidas.

As ações a serem previstas no plano deverão considerar três eixos fundamentais:

- Qualificação, aperfeiçoamento profissional e encaminhamento para o mercado de trabalho, focando na realização de parcerias com empresas do entorno do empreendimento;
- Incentivo e apoio para estruturação de pequenos negócios;
- Ações específicas de inclusão produtiva para o público em maior situação de vulnerabilidade social.

Os normativos, diretrizes metodológicas e atividades principais constituem o PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA (PTR), de forma a nortear o trabalho social nesta fase.

PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA (PTR)

NORMATIVAS / PROCEDIMENTOS	DIRETRIZES METODOLÓGICAS	ATIVIDADES PRINCIPAIS PREVISTAS
. COTS / Caixa Econômica Federal; . Diretrizes da Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego – SMATE; . Diretrizes da Secretaria Estadual de Emprego e Renda	. promoção da participação comunitária; . conhecimento vocacional e de oportunidades de mercado; . inserção produtiva e fomento às iniciativas produtivas locais; . intersetorialidade com a	. análise do perfil sócio-econômico dos chefes de família, considerando, em especial, as situações presentes em relação às variáveis de gênero, faixa etária, escolaridade, renda, perfil, qualificação profissional e situação no mercado de trabalho . conhecimento das iniciativas produtivas existentes no território e no entorno - pequenos produtores, profissionais autônomos e prestadores de serviço; . identificação das potencialidades vocacionais

	Política de Emprego e Renda; . ênfase da efetivação de parcerias; . prevalência de ações voltadas para famílias e comerciantes reassentados; . interdisciplinaridade considerando diferentes saberes; . suporte às intervenções físicas; . promoção da sustentabilidade das ações; . minimização dos impactos negativos inerentes ao reassentamento involuntário de famílias e comerciantes.	presentes no território; . mapeamento de demandas do mercado que possam viabilizar a inclusão produtiva geradora de trabalho e renda em estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços localizados no entorno dos residenciais; . identificação de parceiros potenciais para a Capacitação profissional e geração de trabalho e renda; . elaboração do Diagnóstico Vocacional e Potencialidades de Mercado; . apresentação diagnóstico à comunidade para conhecimento; . elaboração do Plano de Geração de Trabalho e Renda Participativo - PTR em conjunto com os grupos envolvidos; . implementação do PTR; . articulação de parcerias com programas operados pela Secretaria Municipal de Emprego e Renda, bem como com programas estaduais neste segmento; . implementação de cursos de qualificação profissional; . realização de oficinas e seminários temáticos.
--	--	--

As atividades previstas para serem desenvolvidas ao longo da execução deste PTTS contempla um período de 36(trinta e seis) meses de duração da intervenção técnica social, conforme especificado no Cronograma de Atividades, item 8 do presente.

6 COMPOSIÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

Cargo	Formação Acadêmica	Atribuição na Equipe	Números de horas disponibilizadas para o projeto
Responsável Técnico	Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Geografia, Ciências Sociais ou Filosofia	Supervisor da Equipe	20 horas semanais
Técnico de nível superior	Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Geografia, Ciências Sociais ou Filosofia	Ações de Mobilização, Comunicação e Remoção	40 horas semanais
Técnico de nível superior	Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Geografia, Ciências Sociais ou Filosofia	Ações de Mobilização, Comunicação e Reassentamento	40 horas semanais
Técnico de nível superior	Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Geografia, Ciências Sociais ou Filosofia	Ações de Desenvolvimento Comunitário e Educação Socioambiental	40 horas semanais
Técnico de nível médio	2º grau completo	Apoio às Ações do PTTS	40 horas semanais
Técnico de nível médio	2º grau completo	Apoio às Ações do PTTS	40 horas semanais

7 PARCERIA

Para a materialização das ações deste PTTS é necessária a construção de uma rede de parcerias contemplando atores internos à estrutura administrativa do município e externos a ela. Quanto aos parceiros da própria administração municipal, através do Decreto N. 14.641 de 10 de Novembro de 2011, a Prefeitura de Belo Horizonte instituiu o Programa Municipal de Pré e Pós-Morar, com o objetivo de atender a população beneficiária da Política Municipal de Habitação através da implementação de ações de acompanhamento sócio-organizativo junto a população atendida através dos programas de construção de moradias e intervenções estruturantes em vilas e favelas, com vistas a favorecer a adaptação e apropriação do novo ambiente de moradia. Tal programa possui como diretrizes básicas: I - articulação das políticas públicas, garantindo a inserção das famílias beneficiárias nos serviços existentes na área acolhedora, II - redução dos impactos provenientes da transferência para a nova moradia, III – desenvolvimento de processos participativos e organizativos. Cabe a URBEL coordenar a implementação do Pós-Morar, e sua monitoração é de responsabilidade do Grupo Gestor, composto por técnicos dos órgãos da Administração Pública Municipal que possuam interface com as ações do Pré e Pós-Morar a saber: URBEL, as Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Políticas Sociais, Meio Ambiente, a Superintendência de Limpeza Urbana e a Fundação Municipal de Cultura. Desta forma, considerando a existência deste Programa e a responsabilidade de cada setor na implementação de suas ações, torna-se indispensável a participação de seus representantes durante o processo de execução do Programa Vila Viva no Aglomerado Santa Lúcia.

Os atores externos que deverão ser envolvidos são preferencialmente aqueles que se encontram no território do Aglomerado, como lideranças, associações comunitárias atuantes na região e outros grupos organizados, por exemplos a Associação dos Universitários do Morro e a Paróquia Nossa Senhora do Morro), bem como outras instituições influentes na região e que acompanham as discussões sobre a implementação do Programa Vila Viva no Aglomerado Santa Lúcia, como o Programa Pólos de Cidadania (UFMG) e a PUC Minas - Pró-Reitoria de Extensão e o Curso de Serviço Social.

8 VALORES DA INTERVENÇÃO:

	PTTS (R\$)	TOTAL (R\$)
Financiamento		
Contrapartida (Financeira)	2.692.524,16	9.604.966,34
Outros	0	
TOTAL	2.692.524,16 (TR Anexo II, s/mudança)	127.886.388,34

9 PRAZOS

Prazo de Obras: 30 meses

Prazo do Trabalho Técnico Social: 36 meses

10 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES : (Item em anexo)

11 COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

1. Custos com recursos materiais e serviços			Valor Total Conforme Orçamento (R\$)
Material de Consumo/pedagógico/comunicação			63.839,25
Transporte			273.387,96
Eventos (especificar em detalhamento a parte)			57.536,30
Serviço de Terceiros/Consultoria			749.164,60
Material Permanente			4.477,79
Alimentação/ Hospedagem			-
Plantão Social - Despesas com estruturação e manutenção			42.000,60
Avaliação Pós Ocupação / Satisfação dos beneficiários			38.248,26
Subtotal (1)			1.228.654,76
2. Custos com Recursos Humanos			
Profissional	Qde. Horas Técnicas	Valor (R\$)	
Responsável Técnico	3.168	211.495,68	
Técnico de nível superior - (Ações de Mobilização, Comunicação e Remoção)	6.336	342.270,72	
Técnico de nível superior - (Ações de Mobilização, Comunicação Reassentamento)	6.336	342.270,72	

Técnico de nível superior - (<u>Ações</u> <u>Desenv. Comunitário e Educ.</u> <u>Socioambiental</u>)	6.336	342.270,72	
Técnico de nível médio- (Apoio às Ações do PTTS)	6.336	112.780,80	
Técnico de nível médio- (Apoio às Ações do PTTS)	6.336	112.780,80	
Subtotal (2)			R\$ 1.463.869,34
TOTAL GERAL (Subtotal 1 + 2)			R\$ 2.692.524,16

12 CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

ITEM	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	13º
Material de Consumo/pedagógico/comunicação	731,3	1.127,1	7.308,4	731,3	1.172,3	5.532,8	731,3	731,3	2.995,8	2.671,3	731,3	5.474,4	779,1
Transporte	7.572,8	7.572,8	7.572,8	7.572,8	7.572,8	7.572,8	7.572,8	7.572,8	7.572,8	7.572,8	7.572,8	7.572,8	7.600,2
Eventos					515,9	1.253,5			1.253,5		515,9	8.012,4	
Serviços de terceiros - consultoria	4.934,4	7.450,5	7.083,9	25.273,0	30.282,6	28.084,6	24.756,9	25.273,0	24.756,9	27.273,0	4.1709,6	26.792,7	41.381,0
Material Permanente (especificar em detalhamento de custo a parte)	4.477,8												
Plantão Social - Despesas com estruturação e manutenção (especificar em detalhamento de custo a parte)			7.623,8			7016,8	911,1	911,1	911,1	911,1	911,1	911,1	911,1
Avaliação de Pós-Ocupação													
Recursos Humanos	40.549,2	40.549,2	40.549,2	40.549,2	40.549,2	40.549,2	40.549,2	40.549,2	40.549,2	40.549,2	40.549,2	40.549,2	40.695,6
TOTAL MENSAL	58.265,5	56.699,6	70.138,2	74.126,3	80.092,8	90.009,7	74.521,3	75.037,4	78.039,4	78.977,4	91.989,9	89.312,6	91.366,9

ITEM	14º	15º	16º	17º	18º	19º	20º	21º	22º	23º	24º	25ª	26º
Material de Consumo/pedagógico/comunicação	2.893,9	842,6	1.130,0	733,9	3358,3	951,0	733,9	733,9	1.130,0	842,4	3.358,2	779,0	733,9
Transporte	7.600,2	7.600,2	7.600,2	7.600,2	7600,2	7.600,1	7600,1	7.600,1	7.600,1	7600,1	7.600,1	7.600,1	7.600,1
Eventos		516,1	516,1	1.032,3	5516,1	1.770,3	516,1	516,1	516,1	6032,3	2.274,2	1.770,3	516,1
Serviços de terceiros - consultoria	31.992,5	33.234,6	25.332,5	26.324,8	27.357,0	27.845,5	30.513,2	28.324,8	28.361,5	26324,8	26.840,9	27.845,4	26.900,4
Material Permanente (especificar em detalhamento de custo a parte)													
Plantão Social - Despesas com estruturação e manutenção (especificar em detalhamento de custo a parte)	911,1	911,1	911,1	911,1	911,1	911,0	911,0	911,0	911,0	911,0	911,0	911,0	911,0
Avaliação de Pós-Ocupação													
Recursos Humanos	40.695,6	40.695,6	40.695,6	40.695,6	40.695,6	40.695,6	40.695,5	40.695,5	40.695,5	40695,5	40.695,5	40.695,5	40.695,6
TOTAL MENSAL	84.093,3	83.800,2	76.185,5	77.297,9	85.438,2	79.773,7	80.970,1	78.781,6	79.214,5	82.406,4	81.680,3	79.601,7	77.357,3

ITEM	27º	28º	29º	30º	31º	32º	33º	34º	35º	36ª	Total
Material de Consumo/pedagógico/comunicação	951,2	1.130,0	733,9	3.356,7	842,4	733,9	736,5	1.132,6	845,1	4437,6	63.839,2
Transporte	7.600,1	7.600,1	7.600,1	7.600,1	7.600,1	7.600,1	7.627,5	7.627,5	7.627,5	7627,5	273.388
Eventos	516,1	5.516,1	2.172,5	516,1	4.668,7	516,1	6.656,3	516,1	2.898,4	516,2	57.536,3
Serviços de terceiros - consultoria	28.056,7	2.540,6	1.508,4	2.024,5	4.701,3	4.024,5	3.508,4	3.696,8	8.168,4	8.684,5	749.164,6
Material Permanente (especificar em detalhamento de custo a parte)											4.477,79
Plantão Social - Despesas com estruturação e manutenção (especificar em detalhamento de custo a parte)	911,0	911,0	911,08	911,08	911,08	916,56	916,56	916,56	916,56	916,56	42.000,6
Avaliação de Pós-Ocupação/ Satisfação dos beneficiário							7712,5	15.583,04	14.952,72		38.248,2
Recursos Humanos	40.695,6	40.695,5	40.695,5	40.695,6	40.695,6	40.695,6	40.841,96	40.841,96	40.841,96	40.841,86	1.228.655
TOTAL	78.730,8	58.393,6	53.621,7	55.104,2	59.419,5	54.486,9	67.999,86	70.314,71	76.250,73	63.024,29	2.692.524,16

13 AVALIAÇÃO

A avaliação pode ser entendida como um procedimento metodológico que deve ocorrer durante a realização do projeto de forma a permitir o monitoramento das atividades e o redirecionamento das ações, quando necessário, bem como identificar e analisar os resultados obtidos, detectando aspectos dificultadores e facilitadores para o alcance dos objetivos inicialmente traçados e resultados esperados.

Assim, o PTTS desenvolvido no Aglomerado Santa Lúcia será avaliado pela população envolvida e pela equipe técnica durante todo o período de sua implementação.

Adotando-se orientações contidas no COTS o processo avaliativo a ser implementado durante a execução da intervenção social buscará obter a percepção dos grupos comunitários envolvidos sobre as atividades desenvolvidas com relação a diversos aspectos, em especial:

- o Trabalho Técnico Social em desenvolvimento, no que concerne a sua condução pela equipe técnicas, as atividades implementadas, os resultados alcançados e necessidades de redirecionamento, bem como pontos facilitadores e dificultadores verificados, dentre outros;
- o nível quantitativo e qualitativo de participação da população envolvida nas atividades realizadas;
- a pertinência e evolução das parcerias firmadas;
- a satisfação com a intervenção física – obras, serviços e equipamentos implantados;
- a percepção de mudanças na qualidade de vida.

A equipe técnica envolvida direta e indiretamente no projeto também deverá avaliar o trabalho periodicamente, minimamente quanto aos seguintes aspectos:

- as atividades realizadas no período em termos quantitativos e qualitativos de forma a avaliar a sua eficácia para o alcance dos objetivos propostos;
- a adequação das técnicas de mobilização e comunicação adotadas para o trabalho com os diferentes grupos comunitários e etapas da intervenção;
- o nível quantitativo e qualitativo de participação da população envolvida nas atividades realizadas;
- os aspectos facilitadores e dificultadores encontrados na execução do PTTS, bem como alternativas de solução para as dificuldades detectadas ;
- os instrumentos de sistematização, registro e documentação das atividades;
- a pertinência e resultados das parcerias firmadas;
- a interação entre equipe social e de engenharia e destas com a comunidade;
- a integração com outros projetos sociais na área de intervenção;
- a compatibilidade entre as despesas realizadas/a realizar e os custos inicialmente previstos no PTTS;
- a evolução financeira do PTTS, considerando as despesas efetuadas/a efetuar em relação ao cronograma de desembolso programado;
- o cumprimento do cronograma de execução e atendimento das pendências anteriormente apontadas;
- as alternativas implementadas para superar os dificultadores anteriormente identificados, bem como os resultados alcançados;
- as necessidades de reprogramação do PTTS ou readequação de atividades e/ou prazos,despesas/custos, outros itens previstos inicialmente.

Concluindo a intervenção social será procedida a avaliação final pelos atores envolvidos – grupos comunitários, equipe técnica e parceiros, contemplando os seguintes aspectos básicos:

- a eficiência do PTTS em relação ao prazo de execução, aos recursos aplicados, objetivos propostos e resultados alcançados em cada um dos cinco eixos estruturadores do projeto;
- a adequação da metodologia e técnicas adotadas;
- a pertinência e resultados das parcerias firmadas;
- a integração da intervenção social com outros projetos/programas no território;
- avanços/conquistas observadas na comunidade em relação à participação e mobilização, à capacidade de organização, ao fortalecimento e nível de autonomia, dentre outros;
- a percepção quanto à satisfação da comunidade em relação às intervenções físicas - obras, serviços e equipamentos implantados, bem como as mudanças percebidas na qualidade e modos de vida da população e em relação ao meio ambiente.
- a pertinência e resultados das parcerias firmadas;

O relatório de avaliação final deverá apontar também considerações e recomendações por parte da equipe técnica, comunidade e parceiros, se for o caso.

O resultado das avaliações parciais serão registradas em relatórios mensais de acompanhamento das atividades realizadas, a serem elaborados e encaminhados à CAIXA, obedecendo o modelo disponibilizado no COTS. Mesmo procedimento será adotado para a sistematização da avaliação final.

Além dos relatórios acima descritos, integram, também, o processo de monitoramento e avaliação deste PTTS os seguintes documentos:

- Relatório de Pesquisa “Ex-Ante” (Marco Zero), o qual apresentará a situação da comunidade/área física antes da intervenção, a partir de indicadores formulados nos moldes da matriz avaliativa do Ministério das Cidades;
- Relatório de Avaliação “Ex-Post” (Pós Ocupação) o qual irá demonstrar os possíveis avanços e resultados (quantitativos e qualitativos) obtidos após conclusão das intervenções efetivadas no território – física e social, adotando-se o modelo da matriz avaliativa do Ministério das Cidades.

PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO		
NORMATIVAS / PROCEDIMENTOS	DIRETRIZES METODOLÓGICAS	ATIVIDADES PRINCIPAIS PREVISTAS
<ul style="list-style-type: none"> . COTS/Caixa Econômica Federal; . Matriz Avaliativa do Ministério das Cidades . Procedimentos "Back Up" fornecido pela URBEL; . Controles gerenciais fornecidos pela URBEL; . Sistema Geral de Dados de Beneficiários – SGDBB; . Fluxos internos e Formulários diversos fornecidos pela URBEL. 	<ul style="list-style-type: none"> . articulação e integração das ações do PTTS; . compatibilidade com banco de dados CADÚNICO; . suporte às intervenções físicas; . promoção da participação dos atores envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> . Elaboração de Diagnóstico Integrado, a partir do Cadastro Socioeconômico; . Implementação de controles gerenciais adotados pela CONTRATANTE; . elaboração de relatórios mensais de "Acompanhamento de Atividades", conforme COTS; . elaboração de relatórios periódicos de atendimento a condicionantes ambientais; . realização de pesquisa "Ex Ante" com emissão de Relatório de Avaliação e estabelecimento do "Marco Zero"; . realização de pesquisa "Ex Post" com emissão de Relatório de Avaliação, nos moldes do Ministério das Cidades.

18. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei Federal no. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade)**, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, que estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001.

_____. Caixa Econômica Federal. **Caderno de Orientação Técnica Social – COTS**. Brasília, 2010.

_____. Ministério das Cidades - **PROGRAMA PRÓ-MORADIA**. Brasília, 2012.

BELO HORIZONTE. **Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 1990.

_____. **Lei Municipal nº 7.165/1996, que institui o Plano Diretor**. Belo Horizonte, 1996.

_____. **Lei Municipal nº 9.959/2010, que altera a Lei Municipal nº 7.165/1996** que dispõe sobre o Plano Diretor e outros. Belo Horizonte, 2010.

_____. **Plano Global Específico (PGE) - Aglomerado Santa Lúcia**. Belo Horizonte, 2004.

_____. **Plano Local de Habitação de Interesse Social**. Belo Horizonte, 2010.

Belo Horizonte, 24 de setembro de 2012.